



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Processo n.º: 560/15-e

Jurisdicionada: Diversos Órgãos/Entidades

Assunto: Auditoria de Regularidade

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefipe

MPC: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Ementa: AUDITORIA DE REGULARIDADE. DIVERSOS ÓRGÃOS/ENTIDADES. FOLHA DE PAGAMENTO. IRREGULARIDADES. RELATÓRIO DE AUDITORIA. MANIFESTAÇÕES. CONHECIMENTO. RECURSOS. PROVIMENTO PARCIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. DETERMINAÇÕES. DENÚNCIA ANÔNIMA. CONHECIMENTO. REITERAÇÕES E NOVAS DETERMINAÇÕES. CUMPRIMENTO PARCIAL. NOVA REITERAÇÃO. EMISSÃO DE ALERTA.

1. A identificação de irregularidades no processo de fiscalização enseja a atuação desta Corte, tanto para compelir o gestor a compatibilizar o desempenho da administração com os critérios estipulados a bem do interesse público (por meio de recomendação), quanto para impor a devida observância das normas de regência (por meio de determinação).

2. A inércia no atendimento de deliberações deste Tribunal enseja a reiteração, podendo, inclusive, resultar na aplicação de sanção àquele que der causa ao seu não adimplemento (art. 57, incisos IV, VII e §1º, da Lei Complementar n.º 1/94 c/c art. 272, incisos IV, VII e VIII, do Regimento Interno do TCDF).

Resumo: Auditoria realizada na folha de pagamento de diversos órgãos e entidades da Administração distrital (PGA 2015), com objetivo de verificar a regularidade de determinadas rubricas, tais como indenização de transporte, auxílio-transporte, hora-extra, adicional noturno, auxílio-alimentação, auxílio-creche, adicional por tempo de serviço, auxílio-moradia (PMDF e CBMDF), pagamentos sem amparo legal, VPNIs e parcelas complementares; bem como cessões/requisições, teto remuneratório, 2ª aposentadoria/pensão em cargo não acumulável.

Encaminhamento do Relatório de Auditoria às jurisdicionadas para conhecimento e manifestação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

(Decisão n.º 3.191/15-CPT). Apresentação de esclarecimentos.

Determinações às jurisdicionadas (Decisão n.º 6.415/16-CPT).

Pedidos de Reexame interpostos pelo Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal, pelo Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária, pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e por ex-servidor do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Provimento dos apelos relacionados à carreira de auditoria tributária e provimento parcial do recurso manejado por ex-servidor do SLU/DF (Decisão n.º 2.382/18-CRR).

Embargos de Declaração opostos por ex-servidor do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Provimento Parcial (Decisão n.º 3.534/18-CRR).

Recebimento de denúncia anônima e de defesa protocolada por servidor do TCDF.

Cumprimento parcial da determinação constante da Decisão n.º 6.415/16-CPT, reiteração da parcela não cumprida, emissão de novas diligências, procedência parcial da defesa apresentada por servidor do TCDF com emissão de alerta e conhecimento da denúncia, sem necessidade de providências adicionais (Decisão n.º 3.581/19-CPM). Envio de documentos ao Tribunal.

Nesta fase: análise do atendimento da deliberação.

PARECERES CONVERGENTES: cumprimento parcial da determinação, reiteração da parcela não cumprida e emissão de novas diligências com alerta.

VOTO em harmonia com os Pareceres, com ajustes no sentido de excluir a reiteração da determinação direcionada à Câmara Legislativa do Distrito Federal e Casa Civil do Distrito Federal no que se refere ao servidor José Wilemann, tendo vista decisão judicial que lhe foi favorável, transitada em julgado em 08.03.2023 (Processo n.º TJDF n.º 0702020-05.2020.8.07.0016 – Recurso Inominado Cível).

Impedimento/Suspeição: Conselheiros PAULO TADEU e MANOEL DE ANDRADE.



RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada em vários órgãos e entidades da Administração distrital, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores e empregados ativos, inativos e pensionistas, bem como a avaliação dos procedimentos adotados pelas jurisdicionadas a fim de evitar situações de desconformidade com a legislação de regência, de acordo com o Plano Geral de Ação para o exercício de 2015.

2. Finalizados os trabalhos de fiscalização, foram constatados os seguintes achados:

QA 1: *Há irregularidades ou incongruências nos pagamentos de Indenização de Transporte e de Auxílio-Transporte?*

Achados de Auditoria:

A.1.1. *Pagamento de Indenização Transporte em seu valor integral sem, aparentemente, haver a comprovação da realização de atividades externas.*

A.1.2. *Pagamento indevido de Indenização Transporte cumulativamente com auxílio-transporte.*

A.1.3. *Pagamentos indevidos de auxílio-transporte.*

QA 2: *As jurisdicionadas estão incluindo as parcelas Hora Extra e Adicional Noturno para fins de aplicação do teto constitucional?*

Achado de Auditoria:

A.2.1. *Pagamento de Hora Extra acima do teto constitucional.*

QA 3: *Há pagamentos de Auxílio-Alimentação em duplicidade quando da acumulação de cargos?*

Achado de Auditoria:

A.3.1. *Há pagamentos em duplicidade da parcela auxílio-alimentação, o que contraria a legislação de regência.*

QA 4: *Há pagamentos de Auxílio-Creche em duplicidade quando da acumulação de cargos?*

Achado de Auditoria:

A.4.1. *Há pagamentos em duplicidade da parcela Auxílio-*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Creche, o que contraria a legislação de regência.

QA 5: *Há inconsistências ou incongruências no pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS)?*

Achados de Auditoria:

A.5.1. *Possíveis contagens do mesmo tempo em mais de um vínculo para fins de ATS;*

A.5.2. *Majorações no percentual do ATS, sem que fosse possível verificar as causas da elevação.*

QA 6: *Há inconsistências ou incongruências no pagamento de quintos/décimos?*

Achados de Auditoria:

A.6.1. *Pagamentos de quintos/décimos a servidores que ingressaram no serviço público distrital a partir de fevereiro/1998;*

A.6.2. *Reajustes significativos na parcela quintos/décimos, em percentuais muito superiores aos estabelecidos pela Circular no 4/2011-SEAP.*

QA 7: *Há inconsistências ou incongruências no pagamento do Auxílio-Moradia dos Militares da PMDF e do CBMDF?*

Achado de Auditoria:

A.7.1. *Atualização dos valores constantes da Tabela III do Anexo IV da Lei Federal no 10.486/02 por meio de Decreto.*

QA 8: *São lícitos os incentivos criados pelas Portarias nos 94/2014 e 112/2014-SES?*

Achado de Auditoria:

A.8.1. *Possível criação de parcela remuneratória por portaria.*

QA 9: *Há irregularidades na requisição/cessão de servidores? E qual o ônus decorrente de requisições e cessões para o GDF?*

Achados de Auditoria:

A.9.1. *Professores e profissionais da área da saúde cedidos,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

embora haja carência de pessoal nessas áreas;

A.9.2. *Possibilidade de exercício de jornadas excessivas, especialmente pelos profissionais que trabalham em regime de escala.*

A.9.3. *Pagamentos da ordem de R\$ 53.013.778,32 no Poder Executivo Distrital, R\$ 1.607.652,97 na CLDF e R\$ 2.229.344,87 no TCDF a título de ressarcimento de despesas de pessoal requisitado (códigos de natureza da despesa: 3.1.90.96.01 e 3.1.90.92.96) no exercício 2014.*

QA 10: *Está sendo aplicado o teto remuneratório unificado nas requisições/cessões de servidores?*

Achados de Auditoria:

A.10.1. *Pagamento de remuneração do cargo de origem acrescida da remuneração pelo exercício de cargo/função comissionada superior ao teto remuneratório;*

A.10.2. *Servidor do GDF cedido ocupante de cargo efetivo no órgão cessionário. Acumulação de dois cargos efetivos com o exercício de função de confiança. Percepção tripla de remuneração, em desacordo com o art. 156 da LC no 840/2011, Decisão n.º 2.975/2008, atualizada pela 462/2014.*

QA 11: *É lícita a transposição de servidores do SLU para outros órgãos?*

Achado de Auditoria:

A.11.1. *A transposição foi declarada inconstitucional pelo TJDF e os servidores beneficiados pela medida retornaram à carreira de origem.*

QA 12: *Há acumulações de cargos/pensões – 2ª aposentadoria/pensão em cargos não acumuláveis, antes consideradas possíveis nos termos da Decisão n.º 4.906/2010, reformada pela Decisão no 3.034/2014 (art. 11 da EC n.º 20/1998)?*

Achado de Auditoria:

A.12.1. *Acumulação de proventos de aposentadorias de cargos não acumuláveis.*

QA 13: *Há distorções na aplicabilidade de VPNIs e gratificações? Está havendo absorção de VPNIs pagas em função de reduções*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

salariais quando da ocorrência de reajustes futuros?

Achados de Auditoria:

A.13.1. VPNIs distorcidas, que sofrem alterações ao longo do tempo e perdem a sua característica principal (evitar decréscimo remuneratório, até ser absorvida por reajustes futuros).

A.13.2. Não está ocorrendo absorção por reajustes futuros de VPNIs criadas em face de reduções salariais, por omissão legislativa e pela praxe, em que pese o posicionamento contrário dos Tribunais Superiores.

A.13.3. Gratificações cujo custo de implementação e de controle podem ser superiores aos benefícios decorrentes de diferenciações.

QA 14: *É lícito o estabelecimento pela Novacap de valor fixo a título de Programa de Metas e Resultados, independente do desempenho da Companhia ou de seus servidores?*

Achado de Auditoria:

A.14.1. Valor global do Programa de Metas e Resultados da Novacap fixado no Acordo Coletivo de Trabalho, sem vinculação com os resultados da Empresa.

3. A versão prévia do Relatório de Auditoria n.º 02/2015 foi encaminhada em 06.08.2015 para conhecimento e manifestação dos jurisdicionados, conforme determinação constante da **Decisão n.º 3.191/15-CPT** (e-doc F02A900C).

4. Após o período de manifestação concedido às jurisdicionadas, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 6.415/16-CPT** (e-doc 7985778D), de 15.12.2016, acolhendo Voto do Conselheiro PAULO TADEU, contendo recomendações e novas determinações

5. Em face do teor da deliberação, interpuseram Pedidos de Reexame:

a) Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal - SINDIFISCO/DF (e-doc F84596F3 fls. 1.828/1.863), Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal - SINAFITE/DF (e-doc F84596F3 fls. 1.864/1.949) e a então Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (e-doc F84596F3 fls. 1.950/2.021). Os apelos foram conhecidos por meio do Despacho Singular n.º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

140/17-GCRR (e-doc B75F6dd2d-e);

b) Sr. Napoleão Filho de Freitas Queiroz, ex-servidor do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, cuja peça foi conhecida por meio da Decisão n.º 3.532/17-CRR (e-doc 532A170B).

6. O mérito recursal foi apreciado na Sessão Ordinária de 22.05.2018, quando o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro RENATO RAINHA, exarou a Decisão n.º 2.382/18 (e-doc 4FFF6691), da qual destaco as deliberações a seguir:

a) dar provimento aos pedidos de reexame interpostos pelos Sindicatos e pela então Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e por conseguinte, reformou o inciso II da Decisão n.º 6.415/16, para considerar regulares os atos praticados com fundamento na Portaria n.º 111/2012-SEF, editada por força do que estabeleceu o art. 11 da Lei n.º 4.717/2011;

b) dar parcial provimento ao pedido de reexame interposto pelo ex-servidor aposentado Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ em face do inciso III.8 da Decisão n.º 6.415/2016, para efeito de dispensá-lo de ressarcir ao erário as quantias recebidas a título de “quinto/décimos - 6/10 de Assessor CNE 7”;

c) dar ciência da decisão ao Serviço de Limpeza Urbana - SLU, de que esta Corte de Contas tem por regular a atualização da vantagem pessoal paga ao ex-servidor aposentado Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ (4/10 do CNE-6 e 6/10 do Distrito Federal-14), devendo o jurisdicionado observar o teor da Decisão 896/2017, bem como que a incorporação ocorreu em data anterior à Lei 1.141/1996, razão pela qual as parcelas devem ser calculadas sobre a retribuição (opção + representação mensal) dos cargos; b) que examine a possibilidade jurídica de atender ao pedido constante dos documentos de fls. 2622/2631, que deverão ser encaminhados àquele órgão para fim de subsidiar seu exame.

7. Na sequência, o Sr. Napoleão Filho de Freitas Queiroz opôs Embargos de Declaração, alegando possível obscuridade, omissão ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

contradição no teor do *decisum*, os quais foram apreciados na Sessão Ordinária de 19/07.2018, ocasião em que o Tribunal decidiu por conhecê-los e a eles dar parcial provimento (Decisão nº 3.534/18-CRR, e-doc [609A6BF0](#)).

8. No que toca ao Processo nº 9.810/11¹ - apenso, relativo à cessão do servidor desta Corte, Sr. José Augusto de Andrade Pinto, o expediente de fls. 2.792/2.818 (e-doc F7024210) juntado pelo interessado implicou a reinstrução do processo (Despacho Singular nº 110/19-CMA, e-doc [C3A2C154](#)).

9. Em seguida, foi protocolada denúncia anônima remetida pela Ouvidoria do TCDF, noticiando possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal quanto ao cumprimento de carga horária pela servidora Fidélia Vasconcelos de Lima (Matrícula 01259083), ocupante do cargo de Enfermeira.

10. Na derradeira apreciação dos autos, Sessão Ordinária de 15.10.2019, o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro PAIVA MARTINS, exarou a Decisão nº 3.581/19 (e-doc [6024D6CA](#)), *in verbis*:

DECISÃO Nº 3.581/19 – CPM

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do documento de fl. 1.657, bem como dos de fls. 1.751/1.827, 2.021/2.065, 2.090/2.103, 2.109/2.260, 2.298/2.454, 2.456/2.461, 2.680/2.684 e 2.701, dos CDs em anexo (apresentados pela CAESB, pelo CBMDF, pelo IBRAM e pelo IPREV) e do Processo nº 9.810/11 (apensado a os autos em exame), apresentados em atendimento à Decisão nº 6.415/16, bem como da defesa de fls. 2.792/2.818 e da peça de fls. 2.822/2.826; b) da decisão judicial favorável transitada em julgada obtida pelo servidor Romulo Pitangui Abdalla, Matrícula nº 02638991, para desobrigá-lo de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, que fora determinado no inciso V.1.a da Decisão nº 6.415/16; c) das justificativas apresentadas e dos procedimentos adotados, sem embargo de serem realizadas verificações do cumprimento em futuras fiscalizações: i) pela SEF, pela Casa Civil, pela Agefis, pela Novacap, pelo DFTRANS e pela SEDESTMIDH em relação aos incisos V.I.1 e V.I.2 da Decisão nº 6.415/16; ii) pelo DETRAN, pela SE, pela SEPLAG e pelo SLU, apenas em relação ao inciso V.I.2 da Decisão nº 6.415/16; iii) pela Novacap, em relação ao inciso VII-2 da Decisão nº 6.415/2016; d) da cassação da aposentadoria do servidor João Neris de Oliveira Neto no cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face da

¹ Processo nº 9.810/11, instaurado para tratar da cessão, a pedido do então Secretário de Estado de Governo, PAULO TADEU, do servidor desta Corte, José Augusto Pinto Júnior, para exercer Cargo de Natureza Especial, junto à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

comunicação ao TCU de possível acumulação ilícita de cargos contida no inciso IV.2.d da Decisão nº 3.191/15; II – considerar atendidos os incisos III.2.a, III.7, III.8, III.13, III.16, III.17, III.18, V.3, V.4, V.5 e VII.3.a da Decisão nº 6.415/16; III – ter por superado: a) o inciso II.1, parte inicial, da Decisão nº 6.415/16, considerando lícito o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014, em face das alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 77/2015; b) o inciso IV da Decisão nº 6.415/16, posto que o tema foi tratado no Processo nº 27.863/15, que resultou na Decisão nº 3.926/17; c) o inciso VII.1 da Decisão nº 6.415/16, em face do entendimento constante na Decisão nº 2.609/17; IV – em cumprimento ao inciso VI.3 da Decisão nº 6.415/16, alertar os jurisdicionados quanto à necessária observância do teor da Decisão 5.613/18 e das demais decisões de mérito que vierem a ser proferidas no Processo nº 12.665/18-e, que trata dos desdobramentos advindos do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos REs nºs 602043 e 612975; V – determinar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que: a) a SES, a SE e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I da Informação de fls. 2.704/2.753, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada; b) a SE e a SES tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de fls. 2.704/2.753; c) a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, Matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, Matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01.2.2017; d) a SES justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV da Informação de fls. 2.704/2.753; e) a SES, a SE e o DER esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/11 os servidores listados no Quadro V da Informação de fls. 2.704/2.753; f) a SETRAB e a SEDES alterem o valor da VPNI da Lei nº 4.584/11 no cálculo da pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, Matrícula nº 0004475X, para R\$ 6.069,03, ou apresentem a justificativa que demonstre que outro valor é o correto; g) a SO/DF, a SE, a SES e a SC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI da Informação de fls. 2.704/2.753; h) a SES envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, Fidelia Vasconcelos de Lima, Matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, Matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23.10.2017 a 01.2.2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23.10.2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01.2.2018); i) o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores; j) a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implemento no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor); k) a PGDF informar se os Processos nº 00020-00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo) e 0002000023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes) tratam de ressarcimento de auxílio alimentação e, caso a resposta seja positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes; l) a SEPLAG esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060-008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, Matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do Distrito Federal (Matrícula nº 02691078); VI – reiterar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação: a) o inciso III.2.b da Decisão nº 6.415/16, para que a SES, a SE e a SEJUS levanten, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

*II da Informação de fls. 2704/2753; b) o inciso III.6 da Decisão nº 6.415/16 à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, em relação aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, Matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores; c) o inciso III.9 da Decisão nº 6.415/16 à SES; d) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário; e) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF e à SEPLAG, esclarecendo à SEPLAG que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta; f) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à CLDF; g) o inciso III.14 da Decisão nº 6.415/16, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, Matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, Matrícula nº 01236946; **VII** – conhecer como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9.810/11, com base no artigo 126 do RI/TCDF, aditados pelo documento de fls. 2.792/2.818 dos autos em exame, e, no mérito, lhes conferir parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9.810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/18; **VIII** – autorizar: a) à SEFIPE, em futura auditoria, a verificar a evolução da rubrica auxílio-transporte na SES, de modo a aferir se a significativa redução nos valores pagos na rubrica auxílio-transporte entre maio e julho/2018 decorreram do cumprimento parcial ou total do inciso III.18 da Decisão nº 6.415/2016; b) a remessa de cópia da Informação de fls. 2.704/2.753 às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas; c) a devolução dos autos em apenso aos respectivos órgãos de origem; d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das devidas providências. Os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e PAULO TADEU deixaram de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.*

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

MACHADO. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.”

11. Em atenção ao supratranscrito *decisum*, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, o Instituto Brasília Ambiental, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Casa Civil do Distrito Federal encaminharam os esclarecimentos que entenderam oportunos.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO:

12. O Corpo Técnico, por meio da Instrução s/nº, de 26.11.2021 (e-doc A9954D01-e), analisa a matéria nos termos seguintes:

“4. Visando dar cumprimento à decisão, diversos órgãos/entidades encaminharam documentos comprobatórios e informações, conforme se segue:

Procuradoria-Geral do DF:

- Ofício SEI-GDF nº 1173/2019 - PGDF/GAB, resposta ao item “V.k” (peça 614);

Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do DF (DF LEGAL):

- Ofícios SEI-GDF nºs 1447/2019 e 721/2020 – DF-LEGAL/GAB, resposta ao item “VI.b” (peças 615 e 631);

Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES):

- Ofício nº 65/2020 – SEDES/GAB, resposta ao item “V.f” (peça 616);

Brasília Ambiental (IBRAM)

- Ofício nº 85/2020 – IBRAM/PRESI, resposta ao item “V.i” (peça 617);

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS):

- Ofício nº 98/2020 – SEJUS/ASSESP, resposta ao item “VI.a”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

(peça 619);

Secretaria de Saúde do DF:

- Ofício nº 165/2020 – SES/GAB, pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 049/2020 - GCPM (peças 620 e 622);

- Ofício nº 1010/2020 – SES/GAB, resposta aos itens “V.a”, “V.b” e “VI.a” (peça 632);

- Ofício nº 1770/2020 – SES/GAB (e-DOC: E1EA5527), pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 232/2020 - GCPM (peças 633 e 638); nota-se que o citado Ofício foi juntado em duplicidade, sendo na segunda ocasião, lançado como e-DOC 390A3CAC, e teve nova prorrogação de prazo, nessa oportunidade pelo Despacho Singular nº 362/2020 - GCPM (peças 643 e 646);

- Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB, resposta aos itens “V.a”, “V.b”, “V.d”, “V.e”, “V.g”, “V.h”, “VI.a”, “VI.c” e “VI.g” (peça 634);

- Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB, resposta aos itens “V.a”, “V.b”, “V.d”, “V.e”, “V.g”, “V.h”, “VI.a”, “VI.c” e “VI.g” (peça 650);

- Ofício nº 8594/2021 – SES/GAB, resposta ao item “VI.c” (peça 666);

Secretaria de Educação do DF:

- Ofício nº 118/2020 – SEE/GAB, resposta aos itens “V.a” e “V.k”, bem como pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 070/2020 - GCPM (peças 624 e 626);

- Ofício nº 517/2020 – SEE/GAB, complementação da resposta aos itens “V.a”, “V.e” e “V.k”, bem como pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 232/2020 - GCPM (peças 637 e 638);

- Ofício nº 603/2020 – SEE/GAB/ASTEC, complementação da resposta ao item “V.a”, bem como pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 362/2020 - GCPM (peças 644 e 646);

- Ofício nº 721/2021 – SEE/GAB/ASTEC, resposta ao item “V.b”, bem como pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 97/2021 - GCPM (peças 651 e 652);

- Ofício nº 1560/2021 – SEE/GAB/ASTEC, complementação da resposta ao item “V.b”, bem como pedido de prorrogação de prazo, o qual foi concedido pelo Despacho Singular nº 219/2021 - GCPM (peças 660 e 662);

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

- Ofício nº 2605/2021 – SEE/GAB/ASTEC, novo pedido de prorrogação de prazo para atendimento do item “V.b” (peça 665);

Casa Civil do DF (CACI):

- Ofício nº 96/2020 – CACI/GAB, resposta ao item “VI.d” (peça 629);

5. Assim, tendo em vista as informações e os documentos juntados ao processo, passa-se à análise da Decisão nº 3581/2019, conforme se segue.

Decisão nº 3581/2019:

- “V – determinar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

a) a SES, a SE e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I da Informação de fls. 2.704/2.753, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada”;

Resposta da Jurisdicionada

SEE (Ofício nº 118/2020 – SEE/GAB – peça 624)

SEE (Ofício nº 517/2020 – SEE/GAB – peça 637)

Em relação à verificação do benefício auxílio transporte, dos servidores listados no Quadro I da Informação anexa à Decisão supracitada, ratifica-se as manifestações das áreas técnicas que seguem em anexo informando ainda que a documentação exigida [está] sendo incorporadas aos processos sendo necessário o seu compilamento. Assim, não houve êxito em encaminhar os referidos documentos nesta data.

SEE (Ofício nº 603/2020 – SEE/GAB/ASTEC – peça 644)

SES (Ofício nº 1010/2020 – SES/GAB – peça 632)

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

SES (Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB – peça 650)

6. Para facilitar a análise, segue a cópia do Quadro I da Informação de fls. 2.704/2.753:

QUADRO I – Servidores cujo auxílio-transporte deve ser verificado						
Nº	Matrícula	CPF	Nome	Valor	Empresa	Considerações
1	14325535	91855675153	ADILENE ARAUJO DA SILVA	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

2	14326736	00137905106	ADONILIA MARIA LEITE MAGALHAES	R\$ 1.646,80	552	Não foram apresentadas informações.
3	01838997	72512113191	ADRIANA DA COSTA CHAGAS	R\$ 508,41	552	Não foram apresentadas informações.
4	16583426	06817222664	ALDENY BARBOSA DE SOUZA	R\$ 879,60	552	Não foram apresentadas informações.
5	14340143	85099449115	ALESSANDRA LOURENCO DE SA OLIVEIRA	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
6	01996118	00340050136	ALEXANDRE GOMES DA COSTA	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.
7	0151590X	53832892168	ANA CIRIACA GENTIL RAMALHO	R\$ 964,08	552	Não foram apresentadas informações.
8	16608526	05695614694	ANA CLAUDIA PERES DA CRUZ	R\$ 834,60	552	Não foram apresentadas informações.
9	01513303	49759523191	ANA CLAUDIA ROMANA DE SOUZA SANTOS	R\$ 642,72	552	Não foram apresentadas informações.
10	14369389	00245507604	ANA PAULA MARTINS SOUTO TRINDADE	R\$ 708,32	552	Não foram apresentadas informações.
11	14327066	90155270168	ANA PAULA SILVA GODOY	R\$ 720,80	552	Não foram apresentadas informações.
12	01993887	42519268115	ANAZELIA MONTEIRO DA COSTA	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.
13	14355140	97281956134	ANDERSON ANTONIO DA ROCHA	R\$ 513,00	552	Não foram apresentadas informações.
14	01400525	69964840144	ANDRE LUIZ CORREA DA SILVA	R\$ 1.059,90	552	Não foram apresentadas informações.
15	01795309	57895910191	ANDRE LUIZ TEIXEIRA COSTA	R\$ 498,00	552	Não foram apresentadas informações.
16	01803395	02460575130	ANIELLY ALVES DE CARVALHO AMARAL	R\$ 495,00	552	Não foram apresentadas informações.
17	01308505	24749397172	APARECIDA GOMES FERNANDES	R\$ 583,00	552	Não foram apresentadas informações.
18	14366908	03313354688	APARECIDA RODRIGUES TEIXEIRA	R\$ 937,50	552	Não foram apresentadas informações.
19	01836722	83124390130	AUCELIA JOSE DA COSTA	R\$ 596,80	552	Não foram apresentadas informações.
20	01399845	82531862668	BEATRIZ HELENA QUEIROZ	R\$ 856,20	552	Não foram apresentadas informações.
21	14365464	92278256149	BERNARDINO JOSE COSTA ROCHA	R\$ 883,40	552	Não foram apresentadas informações.
22	01564110	72187867153	BRUNA ELAINE DE AGUIAR ARAUJO	R\$ 658,14	552	Não foram apresentadas informações.
23	14395843	03349269630	CARLA MACHADO DA SILVA LEMOS	R\$ 820,96	552	Servidora faleceu em 12/03/2019.
24	14384965	74086790653	CARLOS VICENTE DE SOUZA	R\$ 859,50	552	Não foram apresentadas informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

25	16622510	68790023668	CASSIA ELIZETE CAETANO ULHOA	R\$ 751,68	552	Não foram apresentadas informações.
26	01889362	03557609677	CHRISTIANE GONCALVES SILVA MATEUS	R\$ 802,20	552	Não foram apresentadas informações.
27	14340615	37044974104	CIRLEI PEREIRA DOS SANTOS	R\$ 786,00	552	Não foram apresentadas informações.
28	01722514	02472272693	CLAUDIA VIEIRA	R\$ 511,50	552	Não foram apresentadas informações.
29	01991884	21101205172	CLEUSA MARIA DOS REIS	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
30	01979019	89697162115	CREUSA DA COSTA FREIRE SILVA	R\$ 441,60	552	Não foram apresentadas informações.
31	01563254	86751042191	DANIEL GONCALVES DE SOUSA	R\$ 616,14	552	Não foram apresentadas informações.
32	01838261	86577476187	DANIELA GONCALVES ALMEIDA	R\$ 1.201,60	552	Não foram apresentadas informações.
33	01401726	22511830191	DEUSIMAR FERREIRA BARBOSA	R\$ 549,44	552	Não foram apresentadas informações.
34	14340925	40220052387	DILMA AGUIAR ARRUDA	R\$ 555,52	552	Não foram apresentadas informações.
35	01358723	36046876168	DILMA IMPERATRIZ VIEIRA	R\$ 1.205,10	552	Não foram apresentadas informações.
36	0136054X	40923819134	DIVINA ETERNA DAMACENA	R\$ 844,70	552	Não foram apresentadas informações.
37	01514792	55366775515	DIVINA RODRIGUES MONTALVAO	R\$ 726,00	552	Não foram apresentadas informações.
38	0199378X	42456924215	DIVINO FERNANDES SILVA	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
39	01351559	24818429104	EDIVAM ANTONIO DE OLIVEIRA	R\$ 485,44	552	Não foram apresentadas informações.
40	01301543	19408889134	EDSONINA DE JESUS ABE SANTANA	R\$ 493,00	552	Não foram apresentadas informações.
41	01803913	87090619168	EDUARDO DE OLIVEIRA GUIMARAES	R\$ 1.076,10	552	Aguardando contraditório e ampla defesa. Reiterar.
42	16607325	03627868609	ELAINE APARECIDA DE ALMEIDA ALVES	R\$ 473,76	552	Não foram apresentadas informações.
43	14327163	80118399187	ELIANA MARIA DA CUNHA	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
44	14353989	88836029191	ELIANE RODRIGUES DOS SANTOS	R\$ 1.526,80	552	Não foram apresentadas informações.
45	01467328	49279505149	ELUZAI CALIXTO SANTANA JUNIOR	R\$ 569,24	552	Não foram apresentadas informações.
46	01993488	39241904100	ERIVANDA DA SILVA VIEIRA	R\$ 1.203,30	552	Não foram apresentadas informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

47	0145689X	03183656698	EVA APARECIDA SOARES	R\$ 745,54	552	Não foram apresentadas informações.
48	16582098	82596468115	EVA ARANTES DE CAMPOS	R\$ 620,80	552	Não foram apresentadas informações.
49	01828886	04584411638	FABIANE GERALDA DE FARIA PARREIRAS	R\$ 822,90	552	Não foram apresentadas informações.
50	01541943	71836489153	FABRICIO MARTINS MACHADO CARRIJO	R\$ 803,40	552	Não foram apresentadas informações.
51	14339099	71094229172	FLAVIANE CARDOSO PINHEIRO	R\$ 886,20	552	Não foram apresentadas informações.
52	14341409	87047551115	GISLENE CORREA DE OLIVEIRA	R\$ 726,00	552	Não foram apresentadas informações.
53	01991043	00886848148	GLAUCIA DO NASCIMENTO GAMBOA	R\$ 620,80	552	Não foram apresentadas informações.
54	01442953	86092901153	GLEICE CALIXTO SILVA	R\$ 678,00	552	Não foram apresentadas informações.
55	14357720	96696885668	IRENE ALVES CORREA	R\$ 1.031,40	552	Não foram apresentadas informações.
56	01927450	80056997191	IRISLENE CHAVES BARRETO	R\$ 721,14	552	Não foram apresentadas informações.
57	01830104	99547570153	JANAÍNA DE FATIMA SILVA ROGERIO	R\$ 518,04	552	Não foram apresentadas informações.
58	01345478	64816710191	JERLANDIA GUIMARAES	R\$ 945,28	552	Não foram apresentadas informações.
59	14340011	93954085100	JOANA BATISTA INACIO BORGES	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
60	01985655	13097474153	JOANA DARC DE SIQUEIRA	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.
61	01470418	94421838691	JOSE CARLOS BRAGA	R\$ 744,90	552	Não foram apresentadas informações.
62	01563955	63486687115	JOSEFA RIBEIRO DE SOUSA	R\$ 842,10	552	Não foram apresentadas informações.
63	1433948X	37622684368	JOSELANE DE LIMA NUNES OLIVEIRA	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
64	1659147X	81843909200	JOSIANE RODRIGUES GUIMARAES	R\$ 509,94	552	Não foram apresentadas informações.
65	14338793	98920022100	JOYCE CRISTINA SANTOS	R\$ 931,20	552	Não foram apresentadas informações.
66	14351501	98947583120	JULIANA CORREIA ROQUE	R\$ 823,40	552	Não foram apresentadas informações.
67	14339285	44813678149	JUSARA MENDES MAI-ONI	R\$ 620,80	552	Não foram apresentadas informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

68	0132442X	40292509120	JUSCELINO SOARES GARCIA	R\$ 495,00	552	Não foram apresentadas informações.
69	01990128	99276755187	KARLA APARECIDA PINHEIRO DE AZEVEDO	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
70	01427547	86383450115	KEILA VERONICA DE LIMA	R\$ 498,00	552	Não foram apresentadas informações.
71	16584554	07834431617	LAISSA ALVES FERREIRA	R\$ 789,60	552	Não foram apresentadas informações.
72	1435148X	44306202100	LAURECILDA MATIAS DE MELO COSTA	R\$ 1.368,80	552	Não foram apresentadas informações.
73	01994298	96703539634	LEDA DE OLIVEIRA LEPESQUEUR FARIA	R\$ 586,40	552	Não foram apresentadas informações.
74	0147300X	71620370115	LEOCIMAR PEREIRA LEITE	R\$ 531,90	552	Reconvocado para recadastramento. Reiterar
75	14338335	92052711104	LETICIA SOUSA COSTA BRITO	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.
76	14355728	00591477173	LIDIANE CARDOSO DA SILVA	R\$ 1.026,60	552	Não foram apresentadas informações.
77	14328739	00099475154	LILIAN FERNANDA DOS REIS	R\$ 659,88	552	Não foram apresentadas informações.
78	01565591	69543704104	LINDOMAR PEREIRA DOS SANTOS	R\$ 742,14	552	Não foram apresentadas informações.
79	01801112	37766830159	LOUREMBERQU E RESENDE PASSOS	R\$ 848,40	552	Não foram apresentadas informações.
80	14368188	93724535104	LUCIANA FEITOSA DE QUEIROZ	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
81	01737910	59235187168	LUCIMAR NUNES CORDEIRO BORGES	R\$ 518,04	552	Não foram apresentadas informações.
82	14354039	92590276168	LUCINEIA JOSE TEIXEIRA	R\$ 626,80	552	Não foram apresentadas informações.
83	01990500	85662674191	LUZIA DE AQUINO RIBEIRO	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
84	01377612	89747089653	MAGNA MARIA RODRIGUES TEIXEIRA	R\$ 703,68	552	Não foram apresentadas informações.
85	01358162	48448850149	MARCIA MARIA DA SILVA CARDOSO LEMOS	R\$ 544,64	552	Não foram apresentadas informações.
86	01331167	14392747115	MARGARETH DE JESUS GONCALVES	R\$ 493,00	552	Não foram apresentadas informações.
87	01325477	30370647653	MARGARIDA CANDIDA SPIRANDELI	R\$ 517,12	552	Não foram apresentadas informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

88	14325721	83576029168	MARIA APARECIDA SILVA	R\$ 1.172,80	552	Não foram apresentadas informações.
89	01396552	38119889134	MARIA DAS DORES DINIZ FERNANDES	R\$ 505,68	552	Não foram apresentadas informações.
90	14366444	00247632686	MARIA DE FATIMA RODRIGUES DE OLIVEIRA RIBEIRO	R\$ 473,76	552	Não foram apresentadas informações.
91	1435585X	01333184190	MARIA ELIVANE DOS SANTOS SENA	R\$ 700,00	552	Não foram apresentadas informações.
92	01725319	93767404168	MARIA GRASIELA DE PAULA	R\$ 619,50	552	Não foram apresentadas informações.
93	14340801	99293595168	MARIA HELENA COSTA	R\$ 1.026,60	552	Não foram apresentadas informações.
94	01564331	18227775187	MARIA HELENA RA-BELO DA CUNHA PAZ	R\$ 735,00	552	Não foram apresentadas informações.
95	01994859	38650878172	MARIA IRENY DE QUEIROZ	R\$ 733,20	552	A resposta apresentada não condiz com o que foi requerido ² . Reiterar.
96	01361627	30178215104	MARIA ISABEL COSTA SILVA MARANHÃO	R\$ 1.013,64	552	Não foram apresentadas informações.
97	14340208	02120156131	MARIA JULIA GOMES DE FARIA	R\$ 733,20	552	Não foram apresentadas informações.
98	01803891	06111153609	MARIA LUIZA MOREIRA TOLENTINO DA FONSECA	R\$ 1.001,52	552	Aguardando contraditório e ampla defesa. Reiterar.
99	01468642	36728543600	MARILDA MAIA ALMEIDA	R\$ 464,00	552	Não foram apresentadas informações.
100	14341263	27734366104	MARILENE R DE OLIVEIRA	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
101	01338897	81171579691	MARIZA HELENA DOS SANTOS	R\$ 513,72	552	Não foram apresentadas informações.
102	14340569	00811862151	MILENA AMARAL DOS SANTOS ROCHA	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.
103	14345358	60738707104	MILVANE PEREIRA ALVES	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.

² “Tendo em vista a solicitação do despacho 39173926, restituímos o processo informando que a servidora Maria Ireny de Queiroz, matrícula

199485-9 possui cadastro de auxílio-transporte nesta regional de saúde desde outubro de 2019 até a presente data conforme processo sei 00060- 00326075/2019-12. A linha cadastrada é a linha **0627- Brazlândia DF/ Padre Bernardo GO**, cujo valor é de R\$ 14,50. Entretanto a servidora somente recebeu o auxílio-transporte por duas vezes conforme tabela abaixo, uma vez que o pagamento desse tipo de benefício é condicionado à apresentação de bilhetes utilizados no mês anterior e ela somente entregou em dois meses. Informamos que os bilhetes estão guardados na pasta funcional da servidora. Ressaltamos também, que a outra linha já cadastrada (2500) não foi encerrada pois não estava mais ativa e o sistema não permitia a alteração”. Fl. 80 do e-DOC C9A349FC



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

104	01828509	04685429656	MONICA CRISTINA DE CAMARGOS LIMA VAL-LADAO	R\$ 1.012,80	552	Não foram apresentadas informações.
105	01802399	61817945653	NADIA TORRES FERREIRA ALVES	R\$ 623,04	552	Não foram apresentadas informações.
106	14395533	90175042187	NORBERTO VICENTE BARBOSA	R\$ 532,14	552	Não foram apresentadas informações.
107	16620070	89630300168	PATRICIA PEREIRA DA SILVA GARCIA	R\$ 594,72	552	Não foram apresentadas informações.
108	0130576X	16948670563	PAULO CESAR SANTANA TRINDADE	R\$ 803,40	552	Não foram apresentadas informações.
109	16580850	00613731174	REGIANE LIMA PEREIRA	R\$ 763,40	552	Não foram apresentadas informações.
110	01986252	95286055168	REGINALDO CARVALHO DA SILVA	R\$ 694,40	552	Não foram apresentadas informações.
111	01984993	07033090641	RENIS JOSE ALVES ROSA	R\$ 586,40	552	Não foram apresentadas informações.
112	01460498	12005541320	RITA HELENA FERREIRA RAMOS	R\$ 469,44	552	Não foram apresentadas informações.
113	1432637X	68875738149	ROSANA MARIA SOUZA RODRIGUES	R\$ 571,52	552	Não foram apresentadas informações.
114	01530879	64218694168	ROSENI BARROSO CORDEIRO	R\$ 448,64	552	Não foram apresentadas informações.
115	14367637	00603374190	ROSILENE CARVALHO DA SILVA	R\$ 726,00	552	Não foram apresentadas informações.
116	16608577	01553113608	ROSIMEIRE RODRIGUES DA SILVA ³	R\$ 820,96	552	Servidora faleceu em 12/03/2019.
117	01388754	35465212187	ROZANA DE LIMA	R\$ 988,08	552	Não foram apresentadas informações.
118	0156580X	69474010110	SANDRA SOBRAL SOUZA	R\$ 485,44	552	Não foram apresentadas informações.
119	01715461	89930169172	SARITA GISELLE PINTO	R\$ 792,96	552	Não foram apresentadas informações.
120	01357387	35549327104	SELMA CRISTINA LOPES DA S GUERRA	R\$ 1.182,58	552	Não foram apresentadas informações.
121	01321579	62459481187	SELMA JOSE SANTANA	R\$ 1.055,36	552	Não foram apresentadas informações.
122	1438941X	03332038605	SILVANA RODRIGUES MACHADO	R\$ 1.002,24	552	Não foram apresentadas informações.
123	14340968	01277755108	SILVANIA VIEIRA SILVA	R\$ 1.249,92	552	Não foram apresentadas informações.

³ Consta da fl. 78 do e-DOC: C9A349FC o nome “Rosimeire Rodrigues Machado”, porém o CPF é o mesmo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

124	14337932	54844690159	SINTIA ALVES DOS SANTOS	R\$ 684,40	552	Não foram apresentadas informações.
125	14324938	81997205149	SONIA DA SILVA M DUTRA	R\$ 590,80	552	Não foram apresentadas informações.
126	01538667	84220503153	SUELI HERNANDES DOS SANTOS CORREA	R\$ 1.059,90	552	Não foram apresentadas informações.
127	0199056X	63338602120	VALDENORA FERNANDES BISPO ROMANO	R\$ 786,00	552	Não foram apresentadas informações.
128	0139231X	64219712100	VALDIRENE PEREIRA DE SOUSA FREITAS	R\$ 708,96	552	Não foram apresentadas informações.
129	01473778	64943275168	WALQUIRIA MARQUES DE CARVALHO	R\$ 803,40	552	Não foram apresentadas informações.
130	01452762	51585081191	WALTER LACERDA BOMFIM	R\$ 511,50	552	Não foram apresentadas informações.
131	16585399	64925366149	WANILDES REPEZZA	R\$ 726,00	552	Não foram apresentadas informações.
132	14338386	02609289170	WAVILA DA SILVA SANTOS	R\$ 1.100,76	552	Não foram apresentadas informações.
133	01994530	82961778115	WELLINGTON PINHEIRO DE SA	R\$ 786,00	552	Não foram apresentadas informações.
134	14356961	01294573101	WESLEY FRANCO DE MELO	R\$ 1.285,44	552	Não foram apresentadas informações.
135	01474464	21286183120	WILMA MESSIAS DA SILVA COSTA	R\$ 1.191,52	552	Não foram apresentadas informações.
136	00277215	27984796149	ALBEMIR GOMES DE ARAUJO	R\$ 495,56	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
137	00244449	92258824753	ALFREDO KAMERS LEAL	R\$ 609,84	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
138	00674338	45805814153	ALLEN DE ALMEIDA M CAMPOS	R\$ 2.194,10	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
139	00454419	32729677100	ALMI CARDOSO RIBEIRO	R\$ 445,20	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
140	02303531	07264649610	ANDREIA PEREIRA DE PAULA	R\$ 586,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
141	00258652	58844767104	ANNA CLAUDIA LOBO SILVA E SOUZA	R\$ 693,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
142	00303267	27936104100	BENEVAL DIUZA DA SILVA JUNIOR	R\$ 995,82	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
143	02099926	51242958134	BERENICE VENANCIO LIRA	R\$ 735,00	652	Linhas e valores condizem com o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

						endereço do servidor. OK
144	02103834	66607442153	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES	R\$ 469,12	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
145	02178427	75895854168	CRISTINA FONSECA MOLICA	R\$ 596,82	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
146	02102331	00792064178	DARIO DA SILVA MEDEIROS	R\$ 1.308,30	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
147	00293792	91155681649	EDUARDO RABELO DE OLIVEIRA	R\$ 504,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
148	02312360	05573342681	FABIO MONTIJO TAVARES	R\$ 749,32	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
149	02153807	01525738100	GUSTAVO GONCALVES DE LIMA BAYS	R\$ 485,52	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
150	02146711	92437303120	IGOR DA SILVA ROSA	R\$ 766,61	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
151	02317028	38609290115	ILME DE ABREU E SILVA XAVIER	R\$ 601,50	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
152	00314218	25920138653	JADER CAMPOS DA SILVA	R\$ 533,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
153	02100517	43985718334	JEMILE SOUSA MOURA	R\$ 638,82	652	Linhas e valores condizem com o endereço da servidora. OK
154	02298678	08695428699	JEYSIELLE ROCHA PEREIRA	R\$ 586,40	652	Linhas não estão ativas e não está recebendo auxílio transporte. Contudo, seu endereço de cadastro é a cidade de Unai-MG. OK
155	00359092	55385176168	JORDENES FERREIRA DA SILVA	R\$ 504,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
156	02095122	91047870487	JOSE AECIO ROLIM DANTAS	R\$ 611,52	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
157	00345830	75896567120	JOSE DO AMPARO FERREIRA DA MATA	R\$ 625,80	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
158	02312433	90822870134	LILIANE CRISTINA DA SILVA	R\$ 681,46	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

159	02223953	97949191104	LUCILENE TAVARES DE ALMEIDA	R\$ 979,88	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
160	00367494	79424309104	MARCOS ANTONIO CLAVIJO FUENTES	R\$ 971,04	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
161	00373141	47667966168	MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA	R\$ 485,52	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
162	02255103	50499475100	MARIA DE FATIMA DE SOUZA BISPO	R\$ 453,60	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
163	02285177	69161526134	MARIANA GANDOLPHO BACELLAR	R\$ 521,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
164	02296950	59709154168	MARLENE DA PENHA SILVA FERNANDES	R\$ 586,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
165	02317737	01166427188	MOISES OLIVEIRA DOS SANTOS	R\$ 465,92	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
166	02005921	58844660130	OZELB FREITAS CARDOZO	R\$ 666,96	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
167	0229169X	01945794178	PATRICK LUIS TAVARES DE OLIVEIRA	R\$ 633,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
168	02037505	85755893187	PAULA SILVA DOURADO	R\$ 485,52	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
169	02295385	10956005675	PEDRO HENRIQUE MENDES ALMEIDA	R\$ 586,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
170	02236893	83640568168	PETERSON TRINDADE DOS SANTOS	R\$ 745,50	652	Apresentou comprovante de residência. OK
171	02317338	04951596628	RANDOLFO JOSE NETO	R\$ 938,24	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
172	02254344	64660265153	RICARDO PINTO DOS SANTOS	R\$ 1.245,3 0	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
173	02008742	42393361120	RITA CIRLENE MARTINS DE GODOI	R\$ 698,88	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
174	02301725	06421280650	ROBERT MARTINS DI- NIZ	R\$ 526,40	652	Informa que houve erro administrativo no cadastramento da linha, mas que não houve inconsistência de valores. OK



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

175	02240785	06313905610	RONIA JOSE GOMES BRANDAO	R\$ 1.245,30	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
176	00346802	38603489149	SANDRA YARA Z DE SANTOS	R\$ 524,20	652	Linhas e valores condizem com o endereço da servidora. OK
177	00430293	53919793153	SIHAMI JABER MUDARRA	R\$ 798,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
178	00308420	60641290187	SIMONIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	R\$ 1.048,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
179	02294923	08649508618	SUELEM CORREA DA SILVA	R\$ 586,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
180	00449172	27080480159	SUELENY TELES PIRES GHILLIONI	R\$ 611,52	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
181	02298864	89951980104	THIAGO HENRIQUE SANTOS TORRES	R\$ 586,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
182	00404373	32993951149	VALDECI LIBANIO DE ALMEIDA	R\$ 1.087,28	652	Servidor recebia linha judicial por força de mandado de segurança. OK
183	02040654	18311962120	VANDA GEBRIM RODRIGUES	R\$ 491,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
184	00511641	18298648153	VERA LUCIA BARRETO DE OLIVEIRA	R\$ 593,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
185	00232068	33379335134	VERONICA GONZAGA DE SOUSA	R\$ 506,52	652	Aberto processo de ressarcimento para inscrição em dívida ativa, por recusa ao ressarcimento por parte da servidora. OK
186	02294710	47259825634	WALDELANDA BRAGA CARNEIRO DE LIMA	R\$ 586,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
187	00328316	46354026149	WELDER LIMA DE ATAIDES	R\$ 799,76	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
188	02024705	70938113100	WELTON JOSE LEITE	R\$ 476,40	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
189	00370983	75923327104	WELTON RABELO DA SILVA	R\$ 672,00	652	Linhas e valores condizem com o endereço do servidor. OK
190	02188252	03285803177	ADRIANA DA CONCEICAO FIGUEIREDO	R\$ 646,40	930	Não foram apresentadas informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

191	0185822X	11441351760	RODRIGO DE ALMEIDA FERREIRA DOURADO	R\$ 442,00	930	Não foram apresentadas informações.
-----	----------	-------------	--	---------------	-----	---

7. Em relação aos servidores constantes do Quadro acima vinculados à Secretaria de Saúde, consta informação da jurisdição que para o atendimento das ocorrências acima, a Administração depende “das respostas das superintendências e unidades de referência, que nessa época de pandemia tornou-se mais difícil, inclusive com relação aos serviços de arquivo e protocolo, que estão suspensos”³.

8. Dessa forma, à exceção daqueles servidores em que constam comentários no quadro acima, cujos esclarecimentos foram prestados nos Ofícios encaminhados à esta Corte, a situação dos demais pende de verificação. Assim, propõe-se reiteração do item.

9. Quanto aos servidores constantes do Quadro acima vinculados à Secretaria de Educação, a situação de cada um pode ser verificada no Despacho SEIGDF SEE/SUGEP/DIPAE/GCONB, de 05.11.2019 (fls. 3/34 do e-DOC B3B9DFF1). Divergências de informações entre o conteúdo do referido Despacho e o constante na tabela acima, referem-se a informações prestadas pela SE em documentos posteriores.

10. Não consta dos autos manifestação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), assim sugere-se a reiteração do presente item.

- “b) a SE e a SES tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de fls. 2.704/2.753;”

Resposta da Jurisdicionada:

SES (Ofício nº 1010/2020 – SES/GAB – peça 632)

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

SES (Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB – peça 650)

Resposta à fl. 82 do e-DOC C9A349FC

SEE (Ofício nº 721/2021 – SEE/GAB/ASTEC – peça 651)

“(…) solicita-se orientações quanto ao procedimento a ser adotado, informando que os telegramas foram enviados e houve o recebimento, porém apenas dois servidores apresentaram

³ Fl. 83 do e-DOC D69E1371



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

alegações, sem apresentar conclusões a respeito dos casos”.

SEE (Ofício nº 1560/2021 – SEE/GAB/ASTEC – peça 660)

“Solicita-se orientações quanto ao procedimento a ser adotado, tendo em vista que não foram encontradas justificativas para a dupla averbação de tempo para fins de ATS, informando que houve o envio de telegramas aos servidores e também a publicação em edital de convocação 00080-00077572/2021-21 e apenas três servidores apresentaram alegações, sendo que 1 servidor encaminhou documentação comprobatória (GEYSA DE FREITAS MENDONCA) e 1 servidor (MARIA DE LOURDES SEIXAS PRATA) apresentou alegações, 1 servidor (LIBANIA RABELLO FERREIRA) solicitou um prazo de 30 dias para conseguir as informações, porém em nenhum dos casos obtivemos conclusões a respeito dos casos. Cabe salientar que foram encontrados 2 processos de aposentadoria, conforme 50039609, e também não esclareceram a dupla averbação e os outros processos não foram localizados no sistema”.

SEE (Ofício nº 2605/2021 – SEE/GAB/ASTEC – peça 665)

“Quanto ao item V, alínea b- que se refere à ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de folhas 2.704/2.753 - a área técnica responsável desta Pasta vem adotando diversos procedimentos para o devido cumprimento. Dentre os servidores listados no referido Quadro, apenas um respondeu ao contato e apresentou a documentação comprobatória. Há, também, dificuldade na localização dos processos físicos de aposentadoria dos respectivos servidores.

No momento, os autos estão aportados na Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL desta Secretaria para esclarecimento de dúvida suscitada pela área técnica. Dessa forma, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEP assim se manifestou, por meio do Despacho - SEE/SUGEP (70295679):

Considerando o disposto no Despacho GTES (62293476), em que o setor técnico suscita dúvida e, levando em conta que necessário se faz aguardar o pronunciamento da Assessoria Jurídico-Legislativa desta Pasta, outra alternava não resta senão pedir escusas e solicitar a dilação de prazo junto à Corte de Contas”.

11. Para facilitar a análise, segue a cópia do Quadro III da Informação de fls. 2.704/2.753:

Quadro III – Contagem do mesmo tempo para fins de ATS em 2 vínculos						
Nº	CPF - NOME	ÓRGÃO	MATRÍCULA	INÍCIO	FIM	TEMPO
1	001.858.331-87 - JOSE CAETANO DA SILVA	SE	14054469	01/02/1961	20/04/1962	444
		SE	14062410	01/02/1961	20/04/1962	444



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

2	002.011.381-15 - MARIA DE LOURDES SEIXAS PRATA	SE	14054884	01/02/1961	31/05/1963	850
		SE	0084053X	01/02/1961	31/05/1963	850
3	002.088.091-04 - GEYSA DE FREITAS MENDONCA	SE	00833924	15/01/1954	31/03/1954	76
		SE	14057476	15/01/1954	31/03/1954	76
4	004.050.511-15 - IVANILDE PEREIRA VASCONCELLOS	SE	00938092	16/08/1961	31/05/1963	654
		SE	14058030	16/08/1961	31/05/1963	654
5	120.282.231-20 - LIBANIA RABELLO FERREIRA	SE	00854506	01/02/1956	08/04/1960	1529
		SE	14054582	01/02/1956	08/04/1960	1529
6	153.136.701-15 - MARIA LYDIA TEIXEIRA GAMA	SES	01222759	17/08/1981	02/12/1981	108
		SES	14008645	17/08/1981	02/12/1981	108
		SES	01222759	15/03/1982	03/07/1982	111
		SES	14008645	15/03/1982	03/07/1982	111
7	185.910.191-72 - ENEIDA MARIA FONTES	PCDF	00268178	12/09/1977	22/12/1977	102
		SES	01157620	12/09/1977	22/12/1977	102
8	240.602.167-04 - JOSE INACIO DO NASCIMENTO	SE	00600792	13/01/1964	30/11/1977	5071
		SE	14063042	13/01/1964	30/11/1977	5071
9	410.342.951-87 - JULIO CESAR R CERQUEIRA	SE	00320803	01/02/1988	31/01/1989	366
		SE	00396362	01/02/1988	31/01/1989	366
		SE	00320803	29/10/1991	02/04/1997	1983
		SE	00396362	29/10/1991	02/04/1997	1983

12. *Percebe-se que de acordo com os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Educação, por meio dos Ofícios 721/2021, 1560/2021 e 2605/2021, a jurisdição não logrou êxito para o cumprimento da determinação do Tribunal. Ademais, solicita orientações quanto ao procedimento a ser adotado, tendo em vista que não foram encontradas justificativas para a dupla averbação de tempo para fins de ATS.*

13. *No caso da servidora Geysa de Freitas Mendonça, em que consta a informação de que apresentou documentação comprobatória, a SE verificou que a averbação do período nas duas matrículas se refere à certidão da Secretaria de Administração de Belo Horizonte – MG, na função de professor e no período de 15.01.1954 a 31.03.1954.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

14. *Considerando a ausência de efetividade para o cumprimento do decisum e que não foi possível trazer aos autos a justificativa para as possíveis averbações em duplicidade, sugere-se, diante dos fortes indícios de que o tempo foi averbado indevidamente, que a Secretaria de Educação proceda à exclusão do tempo averbado em duplicidade de uma das matrículas do servidor, atentando para que seja efetuado naquela que acarrete a menor redução financeira, observando os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como, no que se refere ao ressarcimento do ATS percebido em duplicidade, o prazo prescricional.*

15. *Em relação à servidora Maria Lydíia Teixeira Gama, informa a SES que tornou sem efeito todas as averbações da matrícula nº 1.400.864-5, conforme Ordem de Serviço de 11.09.2018, publicada no DODF de 14.09.2018.*

16. *Quanto a servidora Eneida Maria Fontes, cabe informar que a PCDF já prestou os devidos esclarecimentos (fl. 617) e que consta certidão emitida pela SES atestando que o período de 12/09/1977 a 22/12/1977 foi averbado na PCDF e não naquela Secretaria (fls. 1.505/1.506).*

17. *Quanto à prorrogação de prazo solicitada pela SE, tem-se por superada essa questão, a uma, pois o prazo solicitado já se exauriu, a duas, porque as medidas a serem adotadas serão objeto de reiteração com estabelecimento de novo prazo para cumprimento.*

- “c) a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, Matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, Matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01.2.2017”;

18. *Não consta dos autos manifestação da jurisdicionada, assim sugere-se a reiteração do presente item.*

- “d) a SES justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV da Informação de fls. 2.704/2.753”;

Resposta da Jurisdicionada:

SES (Ofício nº 1010/2020 – SES/GAB – peça 632)

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

SES (Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB – peça 650)

Resposta às fls. 82/83 do e-DOC: C9A349FC

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

19. Para facilitar a análise, segue a cópia do Quadro IV da Informação de fls. 2.704/2.753:

Quadro IV – Percentuais de ATS possivelmente incorretos			
Órgão	Matrícula	Nome	Observação
SESDF	01316826	LEILA APARECIDA ALVES GUERRA	ATS majorado de 21% para 24% no mês em que passou a receber proventos (abril/2014). Período averbado da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia/GO (1.168 dias), conforme consta no SIGRH, foram lançados no Sirac como sendo de contados para fins de ATS, em desconformidade com o Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, tendo em conta que o ingresso no DF se deu em 04/08/1992, sob a égide da Lei nº 8.112/1990, por força do disposto no art. 5º da Lei nº 197/1991. Faz jus a 21% e vem recebendo 24% de ATS.
SESDF	01406817	PEDRO PAULO DEL VALLE CURVELLO	Período averbado da SESRJ (930 dias) está sendo computado para fins de ATS, conforme consta no SIGRH e no SIRAC, em desconformidade com o Enunciado nº 80 das Súmula de Jurisprudência do TCDF, tendo em conta que o ingresso do servidor no DF se deu em 06/04/2001, sob a égide da Lei nº 8.112/1990, por força do disposto no art. 5º da Lei nº 197/1991. Faz jus a 15% e vem recebendo 17% de ATS desde o mês em que passou a receber proventos (maio/2014).
SESDF	01415069	GLENIRA CASTILHO DIAS	ATS majorado de 13% para 20% no mês em que passou a receber proventos (dezembro/2014), sem a correspondente averbação de tempo de serviço (possivelmente foram computados 2.508 dias prestados ao Ministério da Educação, de 01/04/1980 a 11/02/1987, mas isso estaria em desconformidade com o Enunciado nº 80 das Súmula de Jurisprudência do TCDF).

20. Quanto à servidora Leila Aparecida Alves Guerra, o período averbado foi excluído e o ATS corrigido para 21% a partir de outubro/2018. Em consulta ao SIGRH foi possível verificar que o ATS continua sendo pago no montante de 21%, conforme documento juntado a aba “Associados”.

21. Quanto ao servidor Pedro Paulo Del Valle Curvello, o período averbado foi excluído e o ATS corrigido para 15% a partir de outubro/2018. Em consulta ao SIGRH foi possível verificar que o ATS continua sendo pago no montante de 15%, conforme documento juntado a aba “Associados”.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

22. Quanto à servidora Glenira Castilho Dias, o período averbado foi excluído e o ATS corrigido para 13% a partir de outubro/2018. Em consulta ao SIGRH foi possível verificar que o ATS continua sendo pago no montante de 13%, conforme documento juntado a aba “Associados”.

- “e) a SES, a SE e o DER esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/11 aos servidores listados no Quadro V da Informação de fls. 2.704/2.753;”

Resposta da Jurisdicionada:

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

SES (Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB – peça 650)

SEE (Ofício nº 517/2020 – SEE/GAB – peça 637)

Fl. 20 do e-DOC 633206A1

23. Para facilitar a análise, segue a cópia do Quadro V da Informação de fls. 2.704/2.753:

Quadro V – Quintos/décimos cuja origem não pode ser verificada			
CPF	Órgão	Matrícula	Nome
258.095.471-68	SESDF	01474200	Donizete Gonçalves Candido
659.156.901-49	DER/DF	02207753	Maria Luzia Ferreira Borges
379.509.321-04	SEDF	0202764X	Mauricio Silva de Camargos

24. A SES informa que o “servidor Donizete Gonçalves Cândido, matrícula 147420-0, cargo de Técnico em Radiologia, recebe a VPNI L4584/11 com base na Decisão Judicial Nº 2008.01.1.117769-9 TJDF, presente no Processo Administrativo Nº 0060-003837/2014 de incorporação de quintos/décimos”. Dessa forma, tem-se por atendido o presente item.

25. Quanto a servidora Maria Luzia Ferreira Borges, cabe informar que não consta dos autos manifestação do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER), assim sugere-se a reiteração do presente item.

26. Por último, a Secretaria de Educação informa, quanto ao servidor Maurício Silva de Camargos, que “foi incorporado 1/5 de DF-10 e 1/5 de DF-12 (a partir de 21/02/2001, data de admissão na SEDF), conforme processo 101-1468/1994 (arquivado). Foi incluído em 05/2003 o valor de R\$ 580,80 (código 10120)”. Dessa forma, tem-se por atendido o presente item.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

- “f) a SETRAB e a SEDES alterem o valor da VPNI da Lei nº 4.584/11 no cálculo da pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, Matrícula nº 0004475X, para R\$ 6.069,03, ou apresentem a justificativa que demonstre que outro valor é o correto”;

Resposta da Jurisdicionada:

“Em cumprimento a Decisão em voga, informamos que por se tratar de **cálculo de pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, Matrícula nº 0004475X**, os autos foram direcionados ao Instituto IPREV-DF, que adotou as providências necessárias para atendimento da Determinação, conforme Ofício SEI-GDF N2 04/2020 - IPREV/PRESI (34033808) e Comprovante anexo (34033082) encaminhados a esta Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES”.

27. De acordo com a documentação apresentada, percebe-se que a jurisdicionada cumpriu a determinação do Tribunal. Em consulta ao SIGRH (CADPVT09), foi possível verificar a alteração da parcela VPNI, rubrica 10122, para o valor de R\$ 6.069,03.

- “g) a SO/DF, a SE, a SES e a SC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI da Informação de fls. 2.704/2.753;”

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

SES (Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB – peça 650)

SEE (Ofício nº 517/2020 – SEE/GAB – peça 637)

Resposta às fls. 16/18 e 20/21 do e-DOC 633206A1

28. Para facilitar a análise, segue a cópia do Quadro VI da Informação de fls. 2.704/2.753:

Quadro VI – Variações mais representativas da parcela Quintos/Décimos						
Órgão	Matrícula	Servidor	jun-2011	jan-2012	dez-2014	Var. %
SINESP	00079197	ROBERTO MAURICIO PIRES CAMPOS	1.089,86	17.393,15	17.393,15	1495,91%
SINESP	00312959	ANGELA MARIA TEIXEIRA AVERSA	591,02	11.816,64	11.972,73	1925,77%
SINESP	01816799	ELIANA DINIZ STARLING	4.708,72	10.943,12	11.647,85	147,37%
SINESP	00045047	JULIO XAVIER RANGEL	3.206,77	12.546,36	11.452,06	257,12%
SINESP	00496715	NELBY TOLEDO COSTA	4.786,10	6.255,57	7.871,56	64,47%
SINESP	00101931	LEO SEBASTIAO DAVID	2.200,52	5.115,64	7.739,07	251,69%



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

SINESP	00090808	CLAUDIO ROBERTO DINIZ STARLING	4.342,44	4.342,44	7.517,97	73,13%
SINESP	0098406X	MARIA DA CONCEICAO NOVAIS SILVA	3.960,00	7.517,97	7.517,97	89,85%
SINESP	00380296	GERALDA DA SILVA LOPES	1.629,18	5.243,69	6.320,57	287,96%
SINESP	00161683	ELMAR LUIZ KOENIGKAN	1.386,53	6.197,00	6.197,00	346,94%
SINESP	00215988	ATAHUALPA SCHMITZ DA SILVA PREGO	349,06	4.594,07	6.145,56	1660,60%
SINESP	00020710	IGUATIMOZY FERNANDES DE SOUZA	1.173,22	5.506,69	5.506,69	369,37%
SINESP	00148334	HILDERVAL TEIXEIRA	1.207,91	3.555,18	4.273,01	253,75%
SINESP	00926280	MYUKI KAWAKAME	406,75	3.353,04	4.087,70	904,97%
SE	00847259	FERNANDO CORASSA	6.935,88	12.827,10	12.827,10	84,94%
SE	00005401	HELOISA LINS MARTINS	2.333,10	2.333,10	12.204,51	423,10%
SE	00761559	MARIA LUIZA DORNAS RAMOS	4.384,54	10.372,01	10.372,01	136,56%
SE	14060388	PEDRO RODRIGUES DE SOUZA	3.599,64	3.599,64	9.743,58	170,68%
SE	00760048	VATANABIO BRANDAO SOUZA	3.719,78	3.719,78	6.836,40	83,79%
SE	00773190	MARIA ELIANE CAMPELO BEZERRA	1.833,83	1.833,83	6.680,11	264,27%
SE	00960179	JOSE AHYRTON DA SILVA	1.044,04	1.094,34	5.471,46	424,07%
SE	00779083	MIGUEL RAMIREZ SOSA	3.157,29	3.157,29	5.357,89	69,70%
SE	00505390	JOSE EUDES OLIVEIRA COSTA	1.639,44	5.130,84	5.350,48	226,36%
SE	00828211	SELMA MUNDIM GUIMARES	1.813,15	5.345,98	5.345,98	194,84%
SE	00589950	CLAUDIA DENIS ALVES DA PAZ	2.881,82	2.881,82	4.359,55	51,28%
SE	14060426	DORA VIANNA MANATA	2.013,18	2.540,23	3.747,73	86,16%
SE	00915173	PEDRO ALVES DOS SANTOS	1.975,35	3.050,37	3.050,37	54,42%
SES	01001981	JOFRAN FREJAT	3.728,18	3.728,18	5.879,36	57,70%
SES	0117438X	LAURO SEABRA GUIMARAES	2.236,62	4.246,65	4.577,51	104,66%
SC	00065986	WALTER LBUQUERQUE MELLO	3.987,15	6.506,35	6.506,35	63,18%

29. De início, cabe informar que não consta dos autos manifestação da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF (atual SODF, antiga SINESP) e da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (atual SECEC, antiga SC), assim sugere-se a reiteração do presente item.

30. A Secretaria de Educação, às fls. 16/18 e 20/21 do e-DOC 633206A1 informa que as parcelas incorporadas, bem como os reajustes efetuados estão em conformidade com os dados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

presentes no Relatório de Auditoria em relação aos seguintes servidores/pensionistas: Fernando Corassa; Heloísa Lins Martins, Maria Luiza Dornas Ramos, Pedro Rodrigues de Souza, Vatanábio Brandão Souza, Maria Eliane Campelo Bezerra, José Ahyrton da Silva, Miguel Ramirez Sousa, José Eudes Oliveira Costa, Selma Mundim Guimarães, Claudia Denis Alves da Paz, Dora Vianna Manata e Pedro Alves dos Santos.

31. Os valores apresentados pela jurisdicionada tem como base atualizações posteriores à vigência da Lei nº 4584/2011. Ocorre que, por esta lei, os quintos/décimos foram transformados em VPNI, de modo que não poderiam ter valores modificados, nem mesmo por atualizações por alteração no cargo antes ocupado, somente incidindo os reajustes gerais dos servidores. Assim, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos, que foram transformadas em VPNI com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital nº 4.584/2011, os valores de VPNI devem imediatamente retroagir aos níveis da época da lei distrital. Dessa forma, em relação aos servidores listados acima, deve a jurisdicionada aplicar os valores aprovados pela Lei nº 4584/2011 (conforme Decisão nº 896/17).

32. Quanto à situação do servidor da SES Jofran Frejat, a jurisdicionada informa as parcelas incorporadas, bem como os reajustes efetuados em conformidade com os dados presentes no Relatório de Auditoria. Todavia, cabe informar que o servidor faleceu em 23/11/2020.

33. Já em relação ao servidor Lauro Seabra Guimarães a jurisdicionada informa que as parcelas incorporadas, bem como os reajustes efetuados estão em conformidade com os dados presentes no Relatório de Auditoria⁴. Contudo, os valores apresentados não condizem com os aprovados pela Lei nº 4584/2011. No presente caso, o servidor incorporou 3/5 DF-11 + 1/5 DF-07 + 1/5 CNE-04, o que corresponde ao montante de R\$ 2.859,54, que deverá ser ajustado.

- “h) a SES envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, Fidelia Vasconcelos de Lima, Matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, Matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o

⁴ Resposta à fl. 85 do e-DOC C9A349FC - Informamos que o servidor incorporou 3/5 DF-11 + 1/5 DF-07 + 1/5 CNE-04 e teve reajustes de 104,66% da parcela de VPNI-Décimos da Lei 4.584/2011, conforme Quadro VI, devido à atualização dessa Lei e também por ter o mesmo incorporado quintos de Cargos de Natureza Especial de agentes políticos, no caso o de Administrador Regional, correspondente ao CNE-04. No caso da última atualização, foi em razão da retificação dos cálculos das DFs (DF-11 e DF-07).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23.10.2017 a 01.2.2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23.10.2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01.2.2018)”;

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

Alexandre Rozenwald

“O servidor solicitou que acrescentasse a presente demanda cópia do processo de acumulação de cargos nº060.002496/2017, que declarou a licitude da acumulação.

Em relação ao período compreendido entre a dispensa da função comissionada no TJDF e o fim do período da cessão cadastrada no SIGRH, informou que apesar da previsão de retorno imediato previsto no art. 153 da Lei Complementar nº 840/2011 do Distrito Federal, o regime jurídico adotado no âmbito do TJDF obedece aos ditames da Lei nº 8.112/1990, a qual não contém esta regra específica, ou seja, a exoneração da função de confiança não extingue de forma automática a cessão do servidor por se tratar de atos distintos e por não haver previsão legal nesse sentido no âmbito federal.

Dessa forma, o servidor continuou a exercer suas funções usuais no TJDF, no período mencionado, até o término da cessão, em 1º/02/2018, quando foi lotado na SES/DF e permaneceu até a aposentadoria, em 02/04/2019.

Informou, também, que no período compreendido de janeiro de 2014 a fevereiro de 2018 cumpriu jornada de trabalho de 60 horas semanais, cujos horários foram fixados em consonância com as Portarias que regulam o assunto no âmbito do TJDF, e eram distribuídos da seguinte maneira:

- 40 horas semanais, no horário de 12h às 20h*
- 20 horas semanais, no horário de 7h às 11h.*

A partir de fevereiro de 2018, com o término da cessão e retorno a SES, o servidor passou a exercer a carga horária semanal de 20h, no horário de 14h às 18h”.

Fidélia Vasconcelos de Lima

“A servidora possui dois cargos públicos, a saber: Enfermeiro, matrícula nº 0125908-3, admitida em 18.09.1985, nesta SES/DF e Enfermeiro, SIAPE nº 652834-9, admitida em 11.05.1987 pelo extinto INAMPS, redistribuída para o Ministério da Saúde.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

A respeito da carga horária, a princípio realizava 40 horas semanais em cada matrícula, totalizando 80 horas semanais. Em 25.09.2018, reduziu a jornada de trabalho para 20h/semanais, 4 horas diárias, no Ministério da Saúde, em decorrência do pedido de dispensa da função gratificada que ocupava desde 28.11.2013, com base no disposto no art. 5º da Medida Provisória nº 1917-1, de 27 de agosto de 1999, reeditada pela Medida Provisória nº 2174-28, art.5º, publicada no DOU de 25 de agosto de 2001, edição extra.

Em 30.03.2005 a servidora foi cedida do vínculo da Secretária de Saúde para exercer cargo em comissão de Assessor Técnico, DAS - 102.3, código 05.0013, conforme o disposto no Convênio nº001, de 27 de dezembro de 2004, celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Distrito Federal. Até a presente data a servidora permanece cedida ao Ministério.

Cabe registrar, que posteriormente exerceu os seguintes cargos comissionados/funções gratificadas a seguir identificados:

a) Assessor Técnico, cód. DAS 102.3, da Secretaria Executiva/MS, cód.DAS 102.3

Período: 01/07/2007

b) Assessor Técnico da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Período: 12/07/2007 a 14/06/2009

c) Assessor Técnico da Coordenação-Geral de Inovação Gerencial - cód. DAS 102.3

Período: 15/06/2009 a 13/05/2010

d) Assessor Técnico da Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Período: 14/05/2010 a 15/11/2010

e) Assistente da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – cód. DAS 102.2

f) Função Gratificada – FGR-1 da Secretaria Especial de Saúde Indígena

Período: 28/11/2013 a 27/09/2018.

Quanto a jornada de trabalho, a servidora informou que o funcionamento das Unidades do Ministério da Saúde compreende o período de 7 (sete) às 21 (vinte e uma) hora, e que cumpre sua escala de segunda a sexta-feira, com jornada de diária de 12 horas.

Após análise dos registros de ponto apresentados, verificou-se que a servidora exerceu suas atividades da seguinte maneira:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Ano 2016: escalada para exercer carga horária de 8h/dia, na matrícula n° 6528349, comprovadas, pelos registros de ponto, que foram cumpridas.

Ano 2017: escalada para exercer carga horária de 8h/dia, na matrícula n° 6528349, comprovadas, pelos registros de ponto, que foram cumpridas.

Ano 2018: escalada para exercer carga horária de 8h/dia, na matrícula n° 6528349, nos meses de janeiro a setembro, comprovadas, pelos registros de ponto, que foram cumpridas. A partir de outubro sua carga horária aumentou para 12h diárias, que foram cumpridas de acordo com os registros de ponto.

Ano 2019: escalada para exercer carga horária de 12h/dia, na matrícula n° 6528349, comprovadas, pelos registros de ponto, que foram cumpridas.

Ano 2020: escalada para exercer carga horária de 12h/dia, na matrícula n° 6528349, comprovadas, pelos registros de ponto, que foram cumpridas”.

Zacarias Calil Hamu

“Em atenção a Decisão, que solicita documentação comprobatória de que a servidora tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, o servidor informou que existe uma insuficiência de dados no tocante a solicitação pois não cita o ano, período o qual foi cedido, e comunicou que encontra-se aposentado desde o ano de 2015 e que todo seu dossiê de frequência se encontra nesse processo”.

34. Em relação ao servidor Alexandre Rozenwald, tem-se por satisfatórios os esclarecimentos prestados. Cabe esclarecer que o servidor se aposentou (ato Sirac nº 41.073-8) e que consta na aba própria do ato informações da acumulação. Assim, à vista das informações prestadas e do cadastro da aposentadoria no Sirac, tem-se por satisfeito o presente item, uma vez que a regularidade da acumulação será objeto de avaliação em processo específico.

35. Quanto ao caso da servidora Fidélia Vasconcelos de Lima, tem-se por cumprida a determinação, tendo em conta que a jurisdicionada apresentou informações do cumprimento da carga horária durante a cessão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

36. Já em relação ao servidor Zacarias Calil Hamu, tendo em conta a aposentadoria do servidor, nos termos do Ato Sirac nº 16.829-9, a questão da acumulação e da carga horária passou a ser acompanhada no processo específico, de nº 5298/2020, conforme Decisão nº 5213/2020.

- “i) o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores”;

Resposta da Jurisdicionada:

“A divergência questionada pelo TCDF refere-se aos valores pagos ao servidor Sebastião Vicente Augusto de Oliveira, matrícula nº 1681797, uma vez que o valor de R\$ 9,42 por trecho lançado no SIGRH (tela TABBEN36, linha 0589, mês de referenda 09/2015), diverge do valor apresentado no documento emitido pela VIAN no mesmo mês de referência em que apresenta o valor de R\$ 3,90 para o mesmo trecho.

Conforme apontado pela DIGEP, despachos 33478163 e 33952418, o pagamento do auxílio-transporte se deu conforme o requerimento apresentado pelo servidor (33475642), tendo em vista que o único transporte que existia para sua locomoção e compatível com seu horário de trabalho era a **linha executiva 12027126**, linha diversa da apresentada na declaração apresentada pela VIAN ao valor de R\$ 3,90. Ou seja, o valor da linha paga ao servidor, não se refere a linha apresentada no documento da VIAN.

Em complementação, a DIGEP informou que, uma vez que no SIGRH (comando TABBEN36) **não constava** essa linha específica (linha executiva 12027120), como pode ser verificado no documento 33952398, foi realizado o cadastramento do auxílio-transporte para a linha 0589, cujo valor era compatível com a linha requerida pelo servidor.

Desse modo, a solicitação do servidor para recebimento do auxílio-transporte no valor de R\$ 18,60 (R\$ 8,55 + R\$ 10,05), foi cadastrada no sistema ao valor de R\$ 18,84 (R\$ 9,42 + R\$ 9,42), correspondendo ao valor de R\$ 0,24 a mais por dia que foram pagos ao servidor a partir de abril/2015 (mês em que solicitação foi protocolada).

Em relação a esse fato, nenhuma medida foi adotada, uma vez que as chefias desconheciam a situação relatada por não estarem no Brasília Ambiental a época do registro”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

37. Os esclarecimentos prestados pela jurisdicionada podem ser considerados satisfatórios, pelos seguintes motivos: primeiro, pois a linha executiva utilizada pelo servidor não era passível de registro no sistema; segundo, era a única linha compatível com o seu horário de trabalho, terceiro, posteriormente a solicitação do servidor foi cadastrada no sistema com valores compatíveis; e, por último, o servidor deixou de perceber o benefício em novembro de 2016, sendo desligado do SIGRH em virtude da aposentadoria por invalidez ocorrida em 17/08/2017. Assim, tem-se por suficientes os esclarecimentos prestados, tendo por superado o presente item.

- “j) a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implemento no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor)”;

38. Não consta dos autos manifestação da jurisdicionada, assim sugere-se a reiteração do presente item.

- “k) a PGDF informar se os Processos nº 00020-00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo) e 00020-00023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes) tratam de ressarcimento de auxílio alimentação e, caso a resposta seja positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes”;

Resposta da Jurisdicionada:

PGDF (Ofício SEI-GDF nº 1173/2019 - PGDF/GAB – peça 614):

“Em relação ao processo relacionado a Rogério Jovem de Araújo, houve parcelamento administrativo do valor devido, conforme documentos em anexo.

Já quanto a Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, foi ajuizada ação com pedido de condenação ao ressarcimento de valor ao erário, como pode ser constatado pela cópia da petição inicial”.

SEE (Ofício nº 118/2020 – SEE/GAB – peça 624):

“Não obstante o item V inciso “K” requerer a Procuradoria-Geral do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Distrito Federal - PGDF informações em relação ao pagamento dúbio de auxílio alimentação aos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes e Rogerio Jovem de Araújo, esta pasta apresenta alguns esclarecimentos através do Despacho SEI-GDF SEE/SUGEP/DIPAE/GCONB nº 30923385, parte final.

*Com relação ao **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**, citado no item "K", recebido em duplicidade, o processo de **HUGO ALBERTO GONÇALVES DELMONDES (00020-00021345/2018-60)** foi deferido para que o GDF se abstenha de efetuar cobrança.*

*No entanto, o processo de **ROGÉRIO JOVEM DE ARAÚJO (00020-00023672/2017-75)** foi autorizado o parcelamento do débito conforme os comprovantes abaixo”.*

39. Em relação à situação do servidor Rogério Jovem de Araújo, tem-se por satisfeitos os esclarecimentos apresentados, uma vez que houve parcelamento administrativo do valor devido e foram juntados os documentos comprobatórios. Ademais, a SE informa à fl. 4 do e-DOC 633206A1 que a dívida foi quitada.

40. Quanto à situação do servidor Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, tem-se por superada a questão, uma vez que o processo do servidor foi deferido para que o GDF se abstinhasse de efetuar a cobrança dos valores recebidos em duplicidade.

- I) a SEPLAG esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060- 008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, Matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do Distrito Federal (Matrícula nº 02691078)”;

41. Não consta dos autos manifestação da Secretaria de Economia (sucessora da SEPLAG), assim sugere-se a reiteração do presente item.

- “VI – reiterar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:

a) o inciso III.2.b da Decisão nº 6.415/16⁵ , para que a

⁵ “III – determinar, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)

2) (...)

b) em relação a todos os servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria (fl. 155), inclusive os citados na alínea anterior, faça o levantamento, para fins de ressarcimento ao erário, dos valores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

SES, a SE e a SEJUS levarem, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro II da Informação de fls. 2704/2753;

Resposta da Jurisdicionada:

SEJUS (Ofício nº 98/2020 – SEJUS/ASSES – peça 619)

“Em resposta ao Despacho (32031976), que solicita informações e documentos necessários para atendimento a Decisão nº 3.581/2019 do TCDF (30394212), informamos que o senhor RAFAEL MORAES SIQUEIRA, matrícula 0195.975-1, ocupante do cargo de Agente Socioeducativo, solicitou o benefício de Auxílio-Creche para o dependente RAFAEL MORAES SIQUEIRA FILHO, por meio do Requerimentos (33089187) no qual consta declaração da senhora DANIELLA MENEZES DA SILVA MORAES SIQUEIRA que não recebe nenhum tipo de Auxílio Creche/Pré-escola proveniente de cofres públicos. O benefício foi concedido ao Sr. Rafael no período de agosto de 2013 a junho de 2015, conforme Demonstrativos (33089566). Nesse período foram pagos em duplicidade os meses de setembro de 2014 a junho de 2015, conforme Fichas Financeiras (33089680).

Em análise da Ficha Financeira dos anos de 2013 a 2015 da Sra. DANIELLA (33089639) identificou-se que a recebimento em duplicidade do Auxílio-Creche para o dependente em questão se deu a partir do mês setembro de 2014 até junho de 2015.

A partir de dezembro de 2015 a senhora Daniella passou a receber o benefício para a dependente DANIEL MENEZES DA SILVA MORAES SIQUEIRA, nascido em 23/11/2015, para o qual o Sr. Rafael também fez requerimento para recebimento do Auxílio-Creche (33089273) e Auxílio Natalidade (33089355) que, após a inclusão, foram excluídos conforme orientação do Órgão Central de Pessoal (33089492).

Diante do exposto, apurou-se que deverá ser ressarcido ao erário a valor de R\$ 712,50 (setecentos e doze reais e cinquenta centavos) por parte do Sr. Rafael ou o valor de R\$ 855,00 (oitocentos e cinquenta e cinco reais) por parte da Sra. Daniella, conforme planilha (33089796). Foi enviada ao Sr. Rafael a Carta SEI-GDF n.2 2/2019- SEJUS/DIREFIN/GEPAG/ NUCONSIG (33090423) informando do recebimento em duplicidade do benefício e concedendo-lhe o prazo para resposta, assegurando-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa.

Assim, após a manifestação do servidor (33276933), o valor foi

pagos indevidamente a esse título, desde o início de sua concessão até a sua exclusão, observando, conforme o caso, a prescrição quinquenal, a idade limite para a percepção do benefício, e o que dispõe o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 - que veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge”;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

descontado na folha de pagamento do servidor no mês de janeiro/2020, conforme Demonstrativo (33278532)”.

SEE (Ofício nº 118/2020 – SEE/GAB – peça 624)

“No que diz respeito a regularidade no recebimento do auxílio creche identificou-se que os servidores Rosana Maria dos Santos e Emidio de Castro Moreira deixaram de receber o auxílio creche a partir de 04/2018 e 09/2018 respectivamente, desta forma, foram abertos os Processos 00080-00218520/2019- 05 e 00080-00218716/2019-91 para comprovar se houve recebimentos indevidos do auxílio creche, e em caso positivo, implantar os débitos.

(...)

Com relação ao auxílio creche (VI - a) inciso III.2.b da Decisão 6415/16), informo que os servidores Rosana Maria dos Santos e Emídio de Castro Moreira deixaram de receber o auxílio creche a partir de 04/2018 e 09/2018, respectivamente.

Informo ainda que foram abertos os Processos 00080-00218520/2019-05 e 00080-00218716/2019-91, para comprovar se houve recebimentos indevidos do auxílio creche, e em caso positivo, implantar os débitos a partir da folha de pagamento do mês 01/2020”.

SEE (Ofício nº 517/2020 – SEE/GAB – peça 637):

No que se refere ao percebimento indevido de auxílio-creche pelos servidores Rosana Maria dos Santos e Emídio de Castro Moreira, foram instaurados os Processos nº 00080-00218520/2019-05 e nº 00080-00218716/2019-91. A conclusão dos mesmos é que ambos receberam parcelas indevidas e que o débito foi ou está sendo implantado pela Secretaria de Estado de Saúde - SESDF e Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF. Comprovantes anexo.

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

Resposta fls. 62/63 do e-DOC D69E1371

42. Para facilitar a análise, segue a cópia do Quadro II da Informação de fls. 2704/2753:

Quadro II – Servidores percebendo auxílio-creche em duplicidade				
CPF	Nome do Titular	Matrícula / Órgão	Nome do Dependente	Data de Nascimento
802.491.326-72	MARDILENE BARBOSA DE SOUZA	01986570/552	ANA VITORIA LOPES DE SOUZA	11/06/2008



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

889.754.361-87	ELMA GRASIELE RODRIGUES SANTOS	01996185/552		
659.313.001-04	HELICINIA GIORDANA ESPINDOLA PEIXOTO	01457608/552	GIOVANNA PEIXOTO DE BRITTO	28/11/2011
008.193.644-36	ADEMARIO REGIS DE BRITTO NETO ⁶	14346834/552		
552.907.011-68	EMIDIO DE CASTRO MOREIRA	02197499/652	ISABEL FERREIRA DE CASTRO MOREIRA	28/08/2012
564.665.601-04	ALESSANDRA ARRUDA FERREIRA ⁷	16669495/552		
791.058.586-15	JOSE CARLOS DE MELO ⁸	01893580/552	LUCAS DE SOUSA MELO	05/02/2008
069.954.696-66	ALESSANDRA VIEIRA DE SOUSA	16610520/552		
565.000.331-91	ROSANA MARIA DOS SANTOS	00309281/652	MIGUEL RODRIGUES DOS SANTOS	19/03/2012
867.264.636-34	ELIEZER ^{DAS} GRACAS SANTOS ⁹	01800175/552		
001.776.971-05	DANIELLA MENEZES DA SILVA MORAES SIQUEIRA	01801562/552	RAFAEL MORAES SIQUEIRA FILHO	12/07/2013
008.086.331-04	RAFAEL MORAES SIQUEIRA	01959751/46		

43. A SES informa que ocorreu um erro no cadastramento da dependente da servidora *Mardilene Barbosa de Souza Lopes* na matrícula nº 1996185, pertencente a *Elma Grasielle Rodrigues Santos*, assim, não há valores a restituir por parte da *Mardilene*, mas tão somente pela servidora *Elma*. Assim, foi aberto processo de restituição em desfavor da servidora *Elma* no montante de R\$ 2.330,84. Com a não quitação do débito, o processo foi encaminhado à PGDF para fins de composição do pagamento ou ação de ressarcimento, cujo resultado foi a inscrição do débito em dívida ativa. Assim, tem-se por satisfeitos os esclarecimentos prestados.

44. Quanto aos demais casos, a SES apurou e implantou o ressarcimento ao erário, cujos comprovantes podem ser obtidos nos arquivos anexados na aba “Associados” do e-TCDF.

45. No que tange a SEJUS, registra-se que as informações

⁶ Foi apurado um débito de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais). O valor foi devolvido no contracheque do servidor *Ademário Régis de Britto Neto*, Mat. 14346834, no mês de nov/16. Comprovante juntado à aba “Associados”.

⁷ Ressarcimento ocorrido junto a SES, conforme fls. 8/10 do e-DOC 633206A1

⁸ Foi apurado um débito de R\$ 1.424,35. O valor foi restituído ao erário em 02 (duas) parcelas. Primeira parcela no mês de jun/17 (R\$ 1.064,51) e a segunda no mês de jul/17 R\$ 359,84. Comprovante juntado à aba “Associados”.

⁹ Ressarcimento ocorrido junto a SES, conforme fl. 7 do e-DOC 633206A1 e documento juntado à aba “Associados”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

prestadas foram satisfatórias, tendo em conta que o valor percebido em duplicidade pelo servidor Rafael Moraes Siqueira, foi descontado na folha de pagamento no mês de janeiro/2020, conforme documento juntado à aba “Associados”.

- “b) o inciso III.6 da Decisão nº 6.415/16¹⁰ à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, em relação aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, Matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores”;

Resposta da Jurisdicionada:

(Ofício nº 1447/2019 – peça 615)

*“Em fevereiro de 2017, em cumprimento da Decisão nº 6415/2016, item III.6), para que esclarecesse os reajustes de VPNI, concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores a maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, informou que foram alterados a partir da folha de pagamento 04/2016 os valores da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI dos seguintes servidores aposentados: **VIVALDO MARTINS ALVES**, matrícula 18.272-9 - valor da incorporação corrigido para R\$ 5.947,97; **MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA**, matrícula 32.212- 1 - valor da incorporação corrigido para R\$ 5.976,65; **SONIA MARIA ALMEIDA SIMÃO DA ROCHA**, matrícula 28.960-4 - valor da incorporação corrigido para R\$ 1.969,07; **PAULO DE PAIVA FONSECA**, matrícula 40.709-7 - valor da incorporação corrigido para R\$ 1.571,38.*

Em atenção ao Parecer nº 861/2015-PRCON/PGDF, que analisou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade do Art. 5º, § único, da Lei Distrital 4.584/2011, diversos servidores foram envolvidos pelo bojo do parecer, e tiveram o pagamento referente a VPNI alterado automaticamente pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG, na folha de pagamento 04/2016;

¹⁰ III – determinar, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)

6) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Em julho de 2017, em atendimento a Decisão Nº 896/2017 - TCDF, 31124802, que interpretou o julgamento proferido na ADI nº 2016.01.1.0464 83-3 de maneira divergente de manifestação anterior da Procuradora-Geral do Distrito Federal - PGDF, no item III, determinou que em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos, que foram transformadas em VPNI com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital nº 4.584/2011, os valores de VPNI deveriam imediatamente retroagir aos níveis da época da própria lei distrital. Desta feita, os valores de VPNI foram novamente ajustados automaticamente pela SEPLAG, para os valores constantes nos contracheques referentes a MARÇO de 2016.

Ainda em atendimento a Circular nº 13/2017 - SUGEP/SEPLAG, 31124836, não foi observado que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG à época procedeu ao ajuste automático das rubricas de VPNI, considerando os valores constantes nos contracheques de MARÇO de 2016. Ocorre que no referido mês os valores pagos aos servidores aposentados citados estavam sendo pagos a maior, sucedendo-se assim um equívoco, pois no mês base os valores estavam sendo pagos indevidamente.

Por fim, considerando o disposto na Portaria IPREV nº. 131, de 14 de junho de 2018, publicada na Edição Extra do DODF N. 38, de 14 de junho de 2018, os servidores aposentados que se encontravam lotados na AGEFIS, tiveram centralizadas suas atividades de concessão, manutenção, revisão e cessação dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte e seus dependentes no Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, esta DIGEP encaminhou aquele Instituto o Ofício SEI-GDF Nº 52/2019 - DF-LEGAL/SUAG/DIGEP 31128237 para proceder os ajustes recomendados no ITEM VIII.b) da Decisão nº 3581/2019, e que tão logo forem encaminhadas as devidas alterações estaremos enviando os documentos comprobatórios quanto ao cumprimento da Decisão”.

(Ofício nº 721/2020 – peça 631)

Considerando os termos da Portaria IPREV nº 131, de 14/06/2018, os servidores aposentados, que se encontravam lotados na então AGEFIS, tiveram centralizadas suas atividades de concessão, manutenção, revisão e cessação dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte e seus dependentes no IPREV.

Dessa maneira, a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Secretaria encaminhou ao mencionado Instituto o Ofício SEI-GDF Nº 52/2019 - DF-LEGAL/SUAG/DIGEP (31128237) para proceder os ajustes recomendados no ITEM VIII.b, da Decisão nº 3581/2019.

Resposta do IPREV (Ofício nº 34/2020 – IPREV/DIPREV/COGEB)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Em atenção ao Ofício nº 54/2019 - DF-LEGAL/SUAG/DIGEP, de 11/11/2019, temos a informar:

VIVALDO MARTINS ALVES, matrícula: 18.272-9 - conforme mapa de quintos (31280001) tem direito a 10/10 da RT do CNP-04 (Administrador Regional), rubrica 10122. O valor da Incorporação está correto, ou seja, R\$ 14.590,83 - contracheque mês 02/2020 (35487409):

MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, matrícula: 32.212-1- conforme mapa de quintos (31280114) tem direito a 2/10 da RT do DIR-01 (Diretor NOVACAP), rubrica 10821. O valor da Incorporação foi corrigido para R\$ 3.972,39 (valor vigente em julho/2011, conforme institui a Lei 4584/2011). Tem ainda 6/10 da RT do CNE-01 (Secretário-Adjunto) e 2/10 a RT do CNP-03 (Secretário de Estado), rubrica 10122. O valor da Incorporação foi corrigido para R\$ 11.252,97 (valor vigente em julho/2011, conforme institui a Lei 4584/2011). A aposentada será notificada das alterações para o mês 02/2020 - contracheque mês 02/2020 (35487684):

PAULO DE PAIVA FONSECA, matrícula: 40.709-7- conforme mapa de quintos (31280170) tem direito a 4/10 da RT do cargo de Diretor Técnico da TERRACAP, rubrica 10821. O valor da Incorporação será confirmado ou não para o vigente em julho/2011, conforme institui a Lei 4584/2011. (Foi pedido a TERRACAP a tabela com os valores das funções vigentes à época). Tem ainda 4/10 da RT do DF-13 e 2/10 a RT do CNP-04 (Administrador Regional), rubrica 10122. O valor da Incorporação está correto, ou seja, R\$ 3.934,26 - contracheque mês 02/2020 (35487912), valor vigente em julho/2011, conforme institui a Lei 4584/2011;

SONIA MARIA ALMEIDA SIMÃO DA ROCHA, matrícula: 28.960-4 - conforme mapa de quintos (312880233) o instituidor tem direito a 6/10 da RT do CNP-04 (Administrador Regional), rubrica 10122. A referida pensionista faleceu em 23/06/2019 e recebia 50% de cota. Suas filhas (maiores solteiras) dividiam o restante da cota integral. O valor integral da Incorporação está correto, ou seja, R\$ 8.754,50 divididos, atualmente, para as pensionistas restantes: RITA DE CASSIA QUEIROZ FREITAS, matrícula 32.686-0 (50%) e ANDREA PEREIRA DE SOUZA FREITAS, matrícula 36.676-5 - contracheques mês 02/2020 (35488288):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

46. Os esclarecimentos e valores apresentados pela jurisdicionada (fls. 7/10 do e-DOC: DB2824B1) tem como base atualizações posteriores à vigência da Lei nº 4584/2011. Ocorre que, por esta lei, os quintos/décimos foram transformados em VPNI, de modo que não poderiam ter valores modificados, nem mesmo por atualizações por alteração no cargo antes ocupado, somente incidindo os reajustes gerais dos servidores. Assim, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos, que foram transformadas em VPNI com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital nº 4.584/2011, os valores de VPNI devem imediatamente retroagir aos níveis da época da lei distrital. Dessa forma, em relação aos servidores listados acima, deve a jurisdicionada aplicar os valores aprovados pela Lei nº 4584/2011 (conforme Decisão nº 896/17).

- “c) o inciso III.9¹¹ da Decisão nº 6.415/16 à SES”;

SES (Ofício nº 8594/2021 – SES/GAB – peça 666)

Resposta às fls. 1/18 e 76/92 do e-DOC 6F603701

47. Nos termos da fundamentação exposta às fls. 1/18 do e-DOC 6F603701, a jurisdicionada entende que “o entendimento exarado no Parecer nº 308/2016- PRCON/PGDF, o qual não acolheu integralmente o opinativo exposto na Nota Técnica nº 84/2016 - AJL/SES, que a douta Procuradoria - Geral do Distrito Federal adotou posicionamento favorável à viabilidade na implementação de incentivo financeiro por meio de Portaria para o fortalecimento de políticas afetas à atuação dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde, cujo objeto são as ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmitidas pelo mosquito *aedes aegypti*, o qual, ratifica-se in totum, para suscitar esclarecimentos ao item 9 da Decisão nº 6415/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acompanhado ainda das fundamentações anteriormente delineadas”.

48. Tendo em vista a fundamentação apresentada pela Assessoria Jurídica da jurisdicionada, respaldada pelo Parecer nº 308/2016- PRCON/PGDF da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, tem-se por superado o presente item. Contudo, sugere-se à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que somente implemente vantagens ou incentivos financeiros com prévia aprovação em lei em sentido estrito.

¹¹ “III. (...) 9) a SES/DF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

- “d) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário”;

Resposta da Jurisdicionada:

“A referida decisão determina a Casa Civil do Distrito Federal o encaminhamento, no prazo de 90 (noventa) dias, da documentação comprobatória das medidas adotadas para ressarcimento ao erário dos valores pagos acima do teto constitucional ao servidor José Willemann, no período de maio de 2013 a outubro de 2014, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado.

Preliminarmente, é necessário informar que o fato gerador surgiu quando o servidor exercia o cargo subordinado a Secretaria de Governo. Desde então, a estrutura administrativa do Distrito Federal sofreu diversas mudanças e, hodiernamente, as competências concernentes a Coordenadoria de Assuntos Legislativos, pela pertinência, pertence à nova Secretaria de Relações Parlamentares, criada pelo Decreto nº 40.448 de 06 de fevereiro de 2020.

Desta forma, competente para responder as próximas demandas acerca do referido processo é a Secretaria de Relações Parlamentares do Distrito Federal.

Em atendimento a determinação desse Tribunal, a Subsecretaria de Administração Geral da Casa Civil abriu Processo de Reversão de Crédito (Processo SEI nº 360.000.517/2014) em desfavor do servidor José Willemann, visando o ressarcimento ao erário dos valores pagos acima do teto constitucional.

Após a regular tramitação processual em que foram admitidos o contraditório e a ampla defesa, a Subsecretaria de Administração Geral da Casa Civil enviou ao servidor a Notificação SEI-GDF nº 25/2019 - CACI/SUAG/CGEP/DIPES/FGI informando o indeferimento, por parte do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, do recurso administrativo interposto e o valor original acrescido da atualização monetária, no montante de R\$ 52.581,08 (cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta e um reais e oito centavos) a ser restituído ao erário, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 05 de dezembro de 2019”.

49. Apesar dos esclarecimentos prestados pela jurisdicionada, ficamos impossibilitados de verificar o efetivo cumprimento da determinação, uma vez que deixaram de acostar aos autos a comprovação da restituição ao erário dos valores devidos. Dessa forma, sugere-se novamente a reiteração do presente item, para que nesta oportunidade seja juntada a respectiva documentação comprobatória da restituição. Em tempo, a Secretaria de Relações



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Parlamentares passou a integrar a estrutura da Casa Civil do DF, como Secretaria Executiva, de modo que cabe o redirecionamento da diligência.

- “e) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF e à SEPLAG, esclarecendo à SEPLAG que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta”;

50. Não consta dos autos manifestação das jurisdicionadas, assim sugere-se a reiteração do presente item.

- “f) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à CLDF”;

51. Não consta dos autos manifestação da jurisdicionada, assim sugere-se a reiteração do presente item.

- “g) o inciso III.14 da Decisão nº 6.415/16, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, Matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, Matrícula nº 01236946”;

SES (Ofício nº 2772/2020 – SES/GAB – peça 634)

SES (Ofício nº 7754/2020 – SES/GAB – peça 650)

“Com relação aos esclarecimentos quanto às acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, Matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, Matrícula nº 01236946, informamos que ambos se encontram aposentados, conforme Fichas Cadastrais (37852002 e 37852307), portanto não há setor de lotação para pedido de informações. Comunicamos que, em consulta ao SEI, não foram encontrados processos relacionados à acumulação de cargos. Contudo, em pesquisa realizada no SICOP WEB, verificamos que: há o processo de acumulação de cargo 0030-010255/1990 para o servidor Idenir da Cunha e Silva localizado no I/SEPLAG/NUGED/GEDOC; e existe o processo de abandono de cargo 0080-006006/2012 para o servidor Sebastião Rodrigues da Silva localizado no SEE/GPAG/DIPAE”.

52. Em relação à servidora IDENIR DA CUNHA E SILVA, seu processo de aposentadoria foi considerado legal para fins de registro, tendo o Tribunal tomado conhecimento da Ação Judicial nº 0702303-85.2021.8.07.0018, movida pela servidora contra a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF e contra o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, com o objetivo de continuar a receber os proventos da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

aposentadoria no cargo de Técnico de Saúde – Auxiliar de Enfermagem, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, acumuladamente com os proventos da aposentadoria no cargo de Agente Administrativo do Ministério da Saúde (Decisão nº 4101/2021).

53. Quanto ao servidor SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, não foram juntados documentos que comprovem o atendimento da determinação do Tribunal, apenas informação de que “Foi aberto, então, o Processo SEI nº 00060- 00194947/2020-19 para analisar a acumulação de cargos em que supostamente incorria o servidor antes de sua aposentadoria¹²”. De todo modo, verificou-se que consta do SIRAC o ato nº 008093-6, referente à aposentadoria do servidor, que contempla na aba Acumulação de Cargos as acumulações em que incorreu o servidor. Nessas condições, a regularidade da inativação do servidor será objeto de processo próprio, dispensando o acompanhamento nos presentes autos.

- “VII – conhecer como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9.810/11, com base no artigo 126 do RI/TCDF, aditados pelo documento de fls. 2.792/2.818 dos autos em exame, e, no mérito, lhes conferir parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9.810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/18”;

54. Embora a SEGEDAM não tenha se manifestado nos presentes autos, adotou as providências requeridas no item VII nos autos do Processo 9810/2011. Do referido processo extrai-se que os cálculos foram refeitos, consoante determinado pela Corte, e foi oficiado o servidor acerca do débito a ressarcir, observado nesse aspecto o que vier a ser decidido no Processo nº 31.929/2018, ainda em trâmite. Tem-se assim por cumprido o item.

Conclusão e Sugestões

55. Como se verifica as informações e os documentos apresentados pelas jurisdicionadas foram considerados, em sua grande maioria, satisfatórios, à exceção de itens pontuais em que seu cumprimento será objeto de reiteração. Ademais, verificou-se que algumas jurisdicionadas deixaram de apresentar esclarecimentos.

¹² Fl. 93 do e-DOC C9A349FC



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

13. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

I. tomar conhecimento da instrução, bem assim das peças juntadas sob os nºs 614/617, 619/620, 624, 629, 631/634, 637, 643/644, 650/651, 655/656, 660 e 665/666;

II. considerar cumpridos os seguintes itens da Decisão nº 3581/2019: “V.d”, “V.f”, “V.h”, “V.i”, “V.k”, “VI.a”, “VI.g” e “VII”; parcialmente cumpridos os itens “V.a”, “V.b”, “V.e” (no tocante aos servidores Donizete Gonçalves Candido e Maurício Silva de Camargos) e “VI.c”; e não cumpridos os itens “V.c”, “V.g”, “V.j”, “V.l”, “VI.b”, “VI.d”, “VI.e” e “VI.f”;

III. reiterar, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

a. a SES e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I (parágrafo 6 da instrução), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada (item “V.a” da Decisão nº 3581/2019);

b. a SE encaminhe ao Tribunal as justificativas que tiver pelo fato de constar averbação para ATS do mesmo período em matrículas diversas dos servidores listados no Quadro III (parágrafo 11 da instrução) ou proceda à exclusão do tempo averbado em duplicidade em uma das matrículas, atentando para que se exclua daquela que acarrete a menor redução financeira, observando os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como o prazo prescricional, no que se refere ao ressarcimento do ATS percebido indevidamente (item “V.b” da Decisão nº 3581/2019);

c. a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, Matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, Matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28- GEPES/CODAG/FHB, de 01.2.2017 (item “V.c” da Decisão nº 3581/2019);

d. o DER esclareça o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/11 à servidora Maria Luzia Ferreira Borges (item “V.e” da Decisão nº 3581/2019);

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

e. a SODF e a atual SECEC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI – parágrafo 28 da instrução (item “V.g” da Decisão nº 3581/2019);

f. a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implemento no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os dados de 06/2018 e 04/2018, respectivamente, as faturas continuavam sendo emitidas em nome do servidor) (item “V.j” da Decisão nº 3581/2019);

g. a Secretaria de Estado de Economia (sucessora da SEPLAG) esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060- 008350/2015, que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, Matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do Distrito Federal (Matrícula nº 02691078) (item “V.l” da Decisão nº 3581/2019);

IV. reiterar, novamente, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:

a. o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil do DF, requerendo a juntada de documentação que comprove o ressarcimento ao erário a contar de dezembro/2019, em complemento às informações prestadas pelo Ofício nº 96/2020 - CACI/GAB (item “VI.d” da Decisão nº 3581/2019);

b. o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF e à Secretaria de Estado de Economia (sucessora da SEPLAG), esclarecendo a esta jurisdicionada que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta (item “VI.e” da Decisão nº 3581/2019);

c. o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à CLDF (item “VI.f” da Decisão nº 3581/2019);

V. determinar à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Educação que, no prazo de 60 (sessenta) dias, ajuste os valores da parcela VPNI da Lei nº 4584/2011 dos servidores listados no Quadro VI (parágrafo 28 da instrução) de acordo com os aprovados na Lei nº 4584/2011, tendo em conta a Decisão nº 896/2017 (item “V.g” da Decisão nº 3581/2019);

VI. determinar à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, ajuste os valores da parcela VPNI da Lei nº 4584/2011 dos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, Matrícula nº 00407097, de acordo com os valores vigentes quando da aprovação da Lei nº 4584/2011, tendo em conta a Decisão nº 896/2017 (item “VI.b” da Decisão nº 3581/2019);

VII. determinar à Secretaria de Saúde que somente implemente vantagens ou incentivos financeiros com prévia aprovação em lei em sentido estrito (item “VI.c” da Decisão nº 3581/2019);

VIII. alertar a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF (SODF), a Polícia Civil do DF (PCDF), a Secretaria de Economia (sucessora da SEPLAG) e a Câmara Legislativa do DF (CLDF) para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV e VII, da Lei Complementar n.º 1/1994, c/c o art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida;

IX. autorizar a remessa de cópia da instrução e da decisão que vier a ser adotada às jurisdicionadas, para subsidiar a adoção das providências indicadas, bem como o retorno do presente feito à SEFIPE para os devidos fins.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

14. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 494/2022-G1P/DA (e-doc 73C0BF74-e), de 20.06.2022, da lavra do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce à proposta da Unidade Instrutória, sem prejuízo do retorno dos autos à Sefipe para providências pertinentes, inerentes às verificações dos desdobramentos advindos da diligência suscitada.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

VOTO

15. Nesta fase, analisam-se as manifestações apresentadas pelos órgãos jurisdicionados em cumprimento à **Decisão n.º 3.581/19-CPM** (e-doc 6024D6CA), por meio da qual, entre outras medidas, o Tribunal:

- em cumprimento ao inciso VI.3 da Decisão n.º 6.415/16, **alertou** os jurisdicionados quanto à necessária observância do teor da Decisão 5.613/18 e das demais decisões de mérito que vierem a ser proferidas no Processo n.º 12.665/18-e, que trata dos desdobramentos advindos do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos REs n.ºs 602043 e 612975 (**inciso IV**);
- **determinou**, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que: a) a SES/DF, a SE/DF e o DER/DF verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I da Informação de fls. 2.704/2.753, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada; b) a SE/DF e a SES/DF tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de fls. 2.704/2.753; c) a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, Matrícula n.º 01006665, e Adauto José de Abreu, Matrícula n.º 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando n.º 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01.2.2017; d) a SES/DF justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV da Informação de fls. 2.704/2.753; e) a SES/DF, a SE/DF e o DER/DF esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei n.º 4.584/11 os servidores listados no Quadro V da Informação de fls. 2.704/2.753; f) a SETRAB/DF e a SEDES/DF alterem o valor da VPNI da Lei n.º 4.584/11 no cálculo da pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, Matrícula n.º 0004475X, para R\$ 6.069,03, ou apresentem a justificativa que demonstre que outro valor é o

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

correto; g) a SODF, a SE/DF, a SES/DF e a SEEC/DF esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI da Informação de fls. 2.704/2.753; h) a SES/DF envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, Fidelia Vasconcelos de Lima, Matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, Matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23.10.2017 a 01.2.2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23.10.2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01.2.2018); i) o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores; j) a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implementado no Distrito Federal e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor); k) a PGDF informar se os Processos nº 00020- 00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo) e 0002000023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes) tratam de ressarcimento de auxílio alimentação e, caso a resposta seja



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes; l) a então SEPLAG/DF esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060- 008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, Matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do Distrito Federal (Matrícula nº 02691078) (**inciso V**);

- **reiterou**, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação: a) o inciso III.2.b da Decisão nº 6.415/16, para que a SES/DF, a SE/DF e a SEJUS/DF levantem, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro II da Informação de fls. 2704/2753; b) o inciso III.6 da Decisão nº 6.415/16 à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, em relação aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, Matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores; c) o inciso III.9 da Decisão nº 6.415/16 à SES/DF; d) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil do Distrito Federal, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário; e) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF/DF e à então SEPLAG/DF, esclarecendo à esta que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela então SEPLAG/DF e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta; f) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à CLDF; g) o inciso III.14 da Decisão nº 6.415/16, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, Matrícula nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, Matrícula nº 01236946 (**inciso VI**);

- conheceu como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9.810/11, com base no artigo 126 do RI/TCDF, aditados pelo documento de fls. 2.792/2.818 dos autos em exame, e, no mérito, lhes conferir parcial provimento, **determinando** à SEGEDAM desta Corte que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9.810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/18 (**inciso VII**);

- **autorizou** à SEFIPE, em futura auditoria, a verificar a evolução da rubrica auxílio-transporte na SES, de modo a aferir se a significativa redução nos valores pagos na rubrica auxílio-transporte entre maio e julho/2018 decorreram do cumprimento parcial ou total do inciso III.18 da Decisão nº 6.415/2016 (**inciso VIII**);

16. O Corpo Técnico sugere o cumprimento parcial da deliberação, a reiteração da parcela não atendida da diligência e a emissão de novas determinações às jurisdicionadas com alerta quanto à possibilidade de aplicação de multa em caso de descumprimento de deliberação desta Corte.

17. O *Parquet* especializado aquiesce às sugestões apresentadas pela Unidade Técnica, sem prejuízo do retorno dos autos à Sefipe para providências pertinentes.

18. Passo à apreciação.

19. Compulsando os autos, verifico a adequabilidade do exame empreendido pelos Órgãos Instrutórios, razão pela qual acolho os Pareceres por seus próprios fundamentos, valendo-me, para tanto, da técnica da motivação *per relationem*, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto n.º 9.830/19⁴,

⁴ Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019: Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos. (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

sem prejuízo dos comentários e ajustes redacionais proferidos.

20. Neste perfilhar, faço constar da tabela abaixo a síntese dos esclarecimentos prestados pelas jurisdicionadas, bem como dos posicionamentos exarados pela Unidade Técnica e pelo *Parquet* especializado quanto ao cumprimento das determinações exaradas na Decisão n.º 3.581/19-CPM, de 15.10.2019:

Item da Decisão - Inciso V.a:	
<p><i>“V – determinar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:</i></p> <p>a) a SES, a SE e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I da Informação de fls. 2.704/2.753, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada;”</p>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p><u>SES/DF</u> – foram adotadas providências para verificar a regularidade do pagamento do Auxílio-transporte, todavia, há situações não esclarecidas, uma vez que a Administração depende “das respostas das superintendências e unidades de referência, que nessa época de pandemia tornou-se mais difícil, inclusive com relação aos serviços de arquivo e protocolo, que estão suspensos”.</p> <p><u>SEE/DF</u> – quanto aos servidores vinculados à Secretaria de Educação, a situação de cada um foi esclarecida, conforme pode ser verificada no Despacho SEIGDFSEE/SUGEP/DIPAE/GCONB, de 05.11.2019 (fls. 3/34 do e-DOC B3B9DFF1);</p> <p><u>DER/DF</u> – Não consta dos autos manifestação do jurisdicionado.</p>	<p>As providências ultimadas pela SES/DF não foram conclusivas (matrículas 01803913, 0147300X, 01994859, 01803891) ou não consta informação, consoante especificado no Quadro I.</p> <p>O DER/DF não prestou esclarecimentos.</p> <p>Considerar satisfatórias as informações apresentadas pela SEE/DF.</p> <p><u>Reiterar a deliberação no que se refere à SES/DF e ao DER/DF.</u></p>
Inciso V.b: “a SE e a SES tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de fls. 2.704/2.753;”	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p><u>SEE/DF</u> – a jurisdicionada informa que foi expedido telegrama aos servidores e publicado edital de convocação. Apenas três servidoras se manifestaram: 1) Geysa de Freitas Mendonça apresentou documentação</p>	<p>A SEE/DF não logrou êxito para cumprimento da determinação deste Tribunal. Sugere-se, diante dos fortes indícios de que o tempo foi averbado indevidamente, que a Secretaria de</p>

§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

<p>comprobatória; 2) Maria de Lourdes Seixas Prata, protocolou alegações; 3) Libania Rabello Ferreira solicitou prazo para defesa. Alega dificuldade para desfecho das diligências. Solicita orientações e dilação de prazo para cumprimento da determinação.</p> <p>SES/DF – em relação à servidora Maria Lydia Teixeira Gama, informa que tornou sem efeito todas as averbações da matrícula nº 1.400.864-5, conforme Ordem de Serviço de 11.09.2018, publicada no DODF de 14.09.2018. Quanto à servidora Eneida Maria Fontes, a PCDF esclareceu às (fl. 617), que consta certidão emitida pela SES/DF atestando que o período de 12/09/1977 a 22/12/1977 foi averbado na PCDF e não naquela Secretaria (fls. 1.505/1.506).</p>	<p>Educação proceda à exclusão do tempo averbado em duplicidade de uma das matrículas do servidor, atentando para que seja efetuado naquela que acarrete a menor redução financeira, observando os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como, no que se refere ao ressarcimento do ATS percebido em duplicidade, o prazo prescricional.</p> <p>Reiterar a determinação, com acréscimos, exceto quanto à SES/DF, que atendeu às determinações.</p>
<p>Inciso V.c: “a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, Matrícula nº 01006665, e Aduino José de Abreu, Matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPEs/CODAG/FHB, de 01.2.2017;</p>	
<p>Síntese dos esclarecimentos</p> <p>Não consta dos autos manifestação da jurisdicionada.</p>	<p>Conclusão dos Pareceres</p> <p><u>Reiterar a determinação.</u></p>
<p>Inciso V.d: “a SES justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV da Informação de fls. 2.704/2.753;”</p>	
<p>Síntese dos esclarecimentos</p> <p>A SES/DF informou que o período averbado pelos servidores foi excluído e o ATS corrigido a partir de outubro de 2018, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leila Aparecida Alves Guerra, ATS corrigido de 24% para 21%; - Pedro Paulo Del Valle Curvello, ATS corrigido de 17% para 15%; - Glenira Castilho Dias, ATS corrigido de 20% para 13%. 	<p>Conclusão dos Pareceres</p> <p>O período averbado foi excluído e o ATS corrigido conforme informado pela jurisdicionada.</p> <p><u>Determinação atendida.</u></p>
<p>Inciso V.e: “a SES, a SE e o DER esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/11 os servidores listados no Quadro V da Informação de fls. 2.704/2.753;”</p>	
<p>Síntese dos esclarecimentos</p> <p>SES/DF - informa que o “servidor Donizete Gonçalves Cândido, matrícula 147420-0, cargo de Técnico em Radiologia, recebe a VPNI L4584/11 com base na Decisão Judicial Nº 2008.01.1.117769-9 TJDF, (Processo</p>	<p>Conclusão dos Pareceres</p> <p>De acordo com as informações prestadas, tem-se por atendida a deliberação relativa à SES/DF e à SEE/DF.</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

<p>Administrativo Nº 0060-003837/2014).</p> <p><u>DER/DF</u> – não consta manifestação do jurisdicionado.</p> <p><u>SEE/DF</u> – informa, quanto ao servidor Maurício Silva de Camargos, que “foi incorporado 1/5 de DF-10 e 1/5 de DF-12 (a partir de 21/02/2001, data de admissão na SEEDF), conforme Processo 101-1468/1994 (arquivado). Foi incluído em 05/2003 o valor de R\$ 580,80 (código 10120)”.</p>	<p><u>Reiterar a determinação ao DER/DF quanto à servidora Maria Luzia Ferreira Borges.</u></p>
<p>Inciso V.f: “a SETRAB e a SEDES alterem o valor da VPNI da Lei nº 4.584/11 no cálculo da pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, Matrícula nº 0004475X, para R\$ 6.069,03, ou apresentem a justificativa que demonstre que outro valor é o correto;”</p>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p>“Em cumprimento a Decisão em voga, informamos que por se tratar de cálculo de pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, Matrícula nº 0004475X, os autos foram direcionados ao Instituto IPREV-DF, que adotou as providências necessárias para atendimento da Determinação, conforme Ofício SEI-GDF N2 04/2020 - IPREV/PRESI (34033808) e Comprovante anexo (34033082) encaminhados a esta Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES”</p>	<p>Verificou-se a alteração da parcela VPNI, rubrica 10122, para o valor de R\$ 6.069,03.</p> <p><u>Deliberação atendida.</u></p>
<p>Inciso V.g: “a SO/DF, a SE, a SES e a SC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI da Informação de fls. 2.704/2.753;”</p>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p><u>SO/DF</u> (antiga SINESP) e <u>SEEC/DF</u> (antiga SEC/DF) – não consta manifestação das jurisdicionadas.</p> <p><u>SEE/DF</u> – informa, por meio do Ofício nº 517/2020-SEE (e-DOC 633206A1-c), que as parcelas incorporadas, bem como os reajustes efetuados estão em conformidade com os dados presentes no Relatório de Auditoria.</p> <p><u>SES/DF</u> – informa que os servidores Jofran Frejat e Lauro Seabra Guimarães tiveram as parcelas incorporadas, bem como os reajustes efetuados em conformidade com os dados presentes no Relatório de Auditoria.</p>	<p>Os valores apresentados pela <u>SEE/DF</u> tem como base atualizações posteriores à vigência da Lei n.º 4.584/11, contrariando o disposto na Decisão n.º 896/17.</p> <p>Dessa forma, deve ser reiterada a determinação para que os valores de VPNI retroajam à vigência da mencionada Lei.</p> <p>No tocante à SES/DF, registra que o servidor Jofran Frejat faleceu em 23.11.2020. E, quanto ao servidor Lauro Seabra Guimarães, verifica-se que os valores apresentados não condizem com os aprovados pela Lei n.º 4584/11. No presente caso, o servidor incorporou 3/5 DF-11 + 1/5 DF-07 + 1/5 CNE-04, o que corresponde ao montante de R\$ 2.859,54, que deverá ser ajustado.</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

		<u>Reiterar a determinação.</u>
<p>Inciso V.h: “a SES envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, Fidélia Vasconcelos de Lima, Matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, Matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, Matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23.10.2017 a 01.2.2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23.10.2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01.2.2018);”</p>		
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres	
<p>A jurisdicionada, por meio do Ofício nº 7754/2020-SES/GAB (e-doc C9A349FC-c), presta os seguintes esclarecimentos:</p> <p>1) Em relação ao servidor Alexandre Rozenwald, foi esclarecido que exerceu suas funções usuais no TJDF até o término da cessão, em 1º/02/2018, uma vez que o TJDF obedece aos ditames da Lei nº 8.112/1990, segundo a qual a exoneração da função de confiança não extingue de forma automática a cessão do servidor. A partir dessa data, o servidor foi lotado na SES/DF e permaneceu até a aposentadoria, em 02/04/2019. Informou, também, que no período compreendido de janeiro de 2014 a fevereiro de 2018 cumpriu jornada de trabalho de 60 horas semanais, cujos horários foram fixados em consonância com as Portarias que regulam o assunto no âmbito do TJDF, - 40 horas semanais, no horário de 12h às 20h, e 20 horas semanais, no horário de 7h às 11h. A partir de fevereiro de 2018, com o término da cessão e retorno a SES, o servidor passou a exercer a carga horária semanal de 20h, no horário de 14h às 18h.</p> <p>2) Quanto à servidora Fidélia Vasconcelos de Lima, esta possui dois cargos públicos, a saber: Enfermeiro, matrícula nº 0125908-3, admitida em 18.09.1985, nesta SES/DF e Enfermeiro, SIAPE nº 652834-9, admitida em 11.05.1987 pelo extinto INAMPS, redistribuída para o Ministério da Saúde. Quanto à carga horária, realizava 40 horas semanais em cada matrícula, até 24.09.2018. Em 25.09.2018, reduziu a jornada de trabalho para 20h/semanais no Ministério da Saúde, em decorrência do pedido de dispensa da função gratificada que ocupava desde 28.11.2013. Em 30.03.2005 a servidora foi cedida da Secretária de Saúde para exercer cargo em</p>	<p>O servidor Alexandre Rozenwald se aposentou (ato Sirac nº 41.073-8) e constam na aba própria do ato informações da acumulação. Assim, à vista das informações prestadas e do cadastro da aposentadoria no Sirac, tem-se por satisfeita a diligência, uma vez que a regularidade da acumulação será objeto de avaliação em processo específico.</p> <p>Quanto à servidora Fidélia Vasconcelos de Lima, tem-se por cumprida a determinação, tendo em conta que a jurisdicionada apresentou informações do cumprimento da carga horária durante a cessão.</p> <p>Em relação ao servidor Zacarias Calil Hamu, tendo em conta a aposentadoria do servidor, nos termos do Ato Sirac nº 16.829-9, a questão da acumulação e da carga horária passou a ser acompanhada no processo específico, de nº 5298/2020, conforme Decisão nº 5213/2020.</p>	
	<u>Deliberação atendida.</u>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

<p>comissão no Ministério da Saúde, com suporte no Convênio n.º 001, de 27.12.2004, celebrado entre aquele Ministério e o GDF. Até a presente data a servidora permanece cedida ao Ministério</p> <p>Informou que o funcionamento das Unidades do Ministério da Saúde compreende o período de 7 (sete) às 21 (vinte e uma) horas. Após análise dos registros de ponto apresentados, verificou-se que a servidora exerceu suas atividades da seguinte maneira: Ano 2016: carga horária de 8h/dia, na matrícula n.º 6528349, comprovadas pelos registros de ponto. Ano 2017: carga horária de 8h/dia, na matrícula n.º 6528349, comprovadas pelos registros de ponto. Ano 2018: carga horária de 8h/dia, na matrícula n.º 6528349, nos meses de janeiro a setembro, comprovadas pelos registros de ponto. A partir de outubro sua carga horária aumentou para 12h diárias, que foram compridas de acordo com os registros de ponto. Ano 2019: carga horária de 12h/dia, na matrícula n.º 6528349, comprovadas pelos registros de ponto. Ano 2020: carga horária de 12h/dia, na matrícula n.º 6528349, comprovadas pelos registros de ponto.</p> <p>3) Em relação ao servidor Zacarias Calil Hamu, este alega insuficiência de dados no tocante à solicitação, pois não cita o ano, período da cessão, e comunicou que se encontra aposentado desde 2015.</p>	
<p>Inciso V.i: “o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores;”</p>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p>A jurisdicionada informou que a divergência decorre do fato de não constar do SIGRH (comando TABBEN36) a linha utilizada pelo servidor (executiva 12027120), tendo sido realizado o cadastramento do auxílio-transporte para a linha 0589, cujo valor era compatível com a linha requerida pelo servidor. Desse modo, a solicitação do servidor para recebimento do auxílio-transporte no valor de R\$ 18,60 (R\$ 8,55 + R\$ 10,05), foi cadastrada no sistema ao valor de R\$ 18,84 (R\$ 9,42 + R\$ 9,42), correspondendo ao valor de R\$ 0,24 a mais por dia que foram pagos ao servidor a partir de abril/2015 (mês em que solicitação foi protocolada)</p>	<p>A linha executiva utilizada pelo servidor não era passível de registro no sistema; era a única linha compatível com o seu horário de trabalho; posteriormente a solicitação do servidor foi cadastrada no sistema com valores compatíveis; e, por último, o servidor deixou de perceber o benefício em novembro de 2016, sendo desligado do SIGRH em virtude da aposentadoria por invalidez ocorrida em 17/08/2017. Assim, tem-se por suficientes os esclarecimentos prestados, tendo por superado o presente item.</p> <p><u>Deliberação atendida.</u></p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Inciso V.j: “a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implementado no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor);”

Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
Não consta manifestação da jurisdicionada.	<u>Reiterar a determinação.</u>

Inciso V.k: “a PGDF informar se os Processos nº 00020- 00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo) e 0002000023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes) tratam de ressarcimento de auxílio alimentação e, caso a resposta seja positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes;”

Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p>A jurisdicionada informou que os processos referenciados tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação, os quais tiveram o seguinte desfecho:</p> <p>1) Processos nº 00020-00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo), houve parcelamento administrativo do valor devido, conforme documentos em anexo.</p> <p>2) Processo n.º 00020-00023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes), foi ajuizada ação com pedido de condenação ao ressarcimento de valor ao erário, como pode ser constatado pela cópia da petição inicial.</p>	<p>Em relação ao servidor Rogério Jovem de Araújo, tem-se por satisfeitos os esclarecimentos apresentados, uma vez que houve parcelamento administrativo do valor devido e foram juntados os documentos comprobatórios. Ademais, a SE informa à fl. 4 do e-DOC 633206A1 que a dívida foi quitada.</p> <p>Quanto ao servidor Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, tem-se por superada a questão, uma vez que o processo do servidor (00020-00021345/2018-60) foi deferido para que o GDF se abstinhasse de efetuar a cobrança dos valores recebidos em duplicidade.</p> <p><u>Deliberação atendida.</u></p>

Inciso V.l: “a SEPLAG esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060- 008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, Matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do Distrito Federal (Matrícula nº 02691078);”

Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
Não consta manifestação da jurisdicionada.	<u>Reiterar a determinação.</u>

Inciso VI, “a”: “reiterar, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação: a) o inciso III.2.b da Decisão nº 6.415/16, para que a SES, a SE e a SEJUS



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

<p><i>levantem, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro II da Informação de fls. 2704/2753;</i></p>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
<p><u>SES/DF</u> – informa que ocorreu um erro no cadastramento da dependente da servidora Mardilene Barbosa de Souza Lopes na matrícula nº 1996185, pertencente a Elma Grasielle Rodrigues Santos. Assim, não há valores a restituir por parte da Mardilene, mas tão somente pela servidora Elma. Assim, foi aberto processo de restituição em desfavor da servidora Elma no montante de R\$ 2.330,84. Com a não quitação do débito, o processo foi encaminhado à PGDF para fins de composição do pagamento ou ação de ressarcimento, cujo resultado foi a inscrição do débito em dívida ativa.</p> <p>Quanto aos demais casos, a <u>SES/DF</u> apurou e implantou o ressarcimento ao erário, cujos comprovantes podem ser obtidos nos arquivos anexados na aba “Associados” do e-TCDF.</p> <p><u>SEJUS/DF</u> – registra-se que o valor percebido em duplicidade pelo servidor Rafael Moraes Siqueira, foi descontado na folha de pagamento no mês de janeiro/2020, conforme documento juntado à aba “Associados”.</p> <p><u>SEE/DF</u> - informa que os servidores Rosana Maria dos Santos e Emídio de Castro Moreira deixaram de receber o auxílio creche a partir de 04/2018 e 09/2018, respectivamente. Informo ainda que foram abertos os Processos 00080-00218520/2019-05 e 00080-00218716/2019-91, para comprovar se houve recebimentos indevidos do auxílio creche, e em caso positivo, implantar os débitos a partir da folha de pagamento do mês 01/2020”. Constatado o pagamento indevido, o débito foi ou está sendo implantado pela Secretaria de Estado de Saúde - SESDF e Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF. Comprovantes anexos.</p>	<p>Em face dos esclarecimentos prestados e providências adotadas pelas jurisdicionadas, conclui-se que <u>a deliberação foi atendida.</u></p>
<p>Inciso VI.b: “o inciso III.6 da Decisão nº 6.415/16 à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, em relação aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, Matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores;”</p>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

A DF-Legal, por meio do Ofício n.º 721/2020, informa que a determinação desta Corte foi redirecionada ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF-IPREV/DF, tendo em vista que, por força da Portaria IPREV n.º 131, de 14.06.2018, os aposentados e beneficiários de pensão oriundos daquela Secretaria passaram a ser geridos pelo IPREV/DF.

O IPREV/DF, por meio do Ofício n.º 34/2020-IPREV/DIPREV/COGEB, alega que os valores pagos aos servidores referenciados estão corretos, conforme a seguir explicitados:

1) VIVALDO MARTINS ALVES, matrícula: 18.272-9: 10/10 da RT do CNP-04 (Administrador Regional), rubrica 10122 = R\$ 14.590,83;

2) MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, matrícula: 32.212-1: 2/10 da RT do DIR-01 (Diretor NOVACAP), rubrica 10821, R\$ 3.972,39 (valor vigente em julho/2011). E ainda 6/10 da RT do CNE-01 (Secretário-Adjunto) e 2/10 a RT do CNP-03 (Secretário de Estado), rubrica 10122. O valor da Incorporação foi corrigido para R\$ 11.252,97 (valor vigente em julho/2011). A aposentada será notificada das alterações para o mês 02/2020;

3) PAULO DE PAIVA FONSECA, matrícula: 40.709-7: 4/10 da RT do cargo de Diretor Técnico da TERRACAP, rubrica 10821. Foi pedido a TERRACAP a tabela com os valores das funções vigentes à época para fins de confirmação do valor vigente em julho/2011, conforme institui a Lei 4584/2011. E ainda, 4/10 da RT do DF-13 e 2/10 a RT do CNP-04 (Administrador Regional), rubrica 10122 = R\$ 3.934,26;

4) SONIA MARIA ALMEIDA SIMÃO DA ROCHA, matrícula: 28.960-4: 6/10 da RT do CNP-04 (Administrador Regional), rubrica 10122 = R\$ 8.754,50. A referida pensionista faleceu em 23/06/2019 e recebia 50% de cota. Suas filhas (maiores solteiras) dividiam o restante da cota integral. O valor integral da Incorporação está correto, ou seja, divididos, atualmente, para as pensionistas restantes: RITA DE CASSIA QUEIROZ FREITAS, matrícula 32.686-0 (50%) e ANDREA PEREIRA DE SOUZA FREITAS, matrícula 36.676-5 - contracheques mês 02/2020 (35488288).

Os esclarecimentos e valores apresentados pela jurisdicionada (fls. 7/10 do e-DOC: DB2824B1) tem como base atualizações posteriores à vigência da Lei n.º 4584/2011. Ocorre que, por esta lei, os quintos/décimos foram transformados em VPNI, de modo que não poderiam ter valores modificados, nem mesmo por atualizações por alteração no cargo antes ocupado, somente incidindo os reajustes gerais dos servidores. Assim, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos, que foram transformadas em VPNI com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, os valores de VPNI devem imediatamente retroagir aos níveis da época da lei distrital.

Reiterar a determinação.

Inciso VI.c: “o inciso III.9 da Decisão nº 6.415/16 à SES; (III.9 - a SES/DF esclareça a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

<i>razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens”.</i>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
A Jurisdicionada esclareceu, por meio da Nota Jurídica nº 689/2021-AJL/SES (e-doc 666) que, instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal entendeu, sob a perspectiva jurídica, ser viável a expedição de portaria, a ser subscrita pelo Secretário de Saúde, dispondo sobre a implementação do incentivo financeiro tratado nas questionadas Portarias, conforme exarado no Parecer nº 308/2016-PRCON/PGDF. Tal entendimento é divergente da Nota Técnica n.º 84/2016-AJL/SES.	Tendo em vista a fundamentação apresentada pela Assessoria Jurídica da jurisdicionada, respaldada pelo Parecer nº 308/2016-PRCON/PGDF da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, tem-se por superado o presente item. Contudo, sugere-se à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que somente implemente vantagens ou incentivos financeiros com prévia aprovação em lei em sentido estrito. <u>Atendimento satisfatório, com recomendação.</u>
Inciso VI.d: “o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário;”	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
A Casa Civil do Distrito Federal informou que foi autuado o Processo nº 360.000.517/2017 objetivando o ressarcimento ao erário dos valores pagos acima do teto constitucional ao servidor. Após a regular tramitação processual em que foram admitidos o contraditório e a ampla defesa, foi apurado o valor de R\$ 52.581,08, a ser restituído ao erário a contar de 05.12.2019.	Apesar da jurisdicionada ter prestado esclarecimentos, esta não acostou documentação comprobatória da restituição ao erário dos valores devidos, impossibilitando se verificar o efetivo cumprimento da determinação. Dessa forma, sugere-se novamente a reiteração do presente item, para que nesta oportunidade seja juntada a respectiva documentação comprobatória da restituição. <u>Não obstante, verifico a existência de Decisão Judicial (Recurso Inominado Civil – Processo n.º 070.2020-05.2020.8.07.0016) com trânsito em julgado em 08.03.2023, em favor do interessado.</u> <u>Determinação perdeu o objeto.</u>
Inciso VI.e: “o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF e à SEPLAG, esclarecendo à SEPLAG que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta;”	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
Não consta manifestação das jurisdicionadas.	<u>Reiterar a determinação.</u>
Inciso VI.f: “o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

<i>Rodrigues Ribeiro, à CLDF;”</i>	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
Não consta manifestação da jurisdicionada.	<u>Reiterar a determinação.</u>
Inciso VI.g: “o inciso III.14 da Decisão nº 6.415/16, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, Matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, Matrícula nº 01236946;”	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
A SES/DF informou que os servidores Idenir da Cunha e Silva, Matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, Matrícula nº 01236946, se encontram aposentados, conforme Fichas Cadastrais (37852002 e 37852307), portanto não há setor de lotação para pedido de informações. Comunicamos que, em consulta ao SEI, não foram encontrados processos relacionados à acumulação de cargos. Contudo, em pesquisa realizada no SICOP WEB, verificamos que: há o processo de acumulação de cargo 0030-010255/1990 para o servidor Idenir da Cunha e Silva localizado no I/SEPLAG/NUGED/GEDOC; e existe o processo de abandono de cargo 0080-006006/2012 para o servidor Sebastião Rodrigues da Silva localizado no SEE/GPAG/DIPAE.	Em relação à servidora IDENIR DA CUNHA E SILVA, seu processo de aposentadoria foi considerado legal para fins de registro, tendo o Tribunal tomado conhecimento da Ação Judicial nº 0702303-85.2021.8.07.0018, movida pela servidora contra a SES/DF e o IPREV/DF, com o objetivo de continuar a receber os proventos da aposentadoria no cargo de Técnico de Saúde – Auxiliar de Enfermagem, da Secretaria de Saúde do DF, acumuladamente com os proventos da aposentadoria no cargo de Agente Administrativo do Ministério da Saúde (Decisão nº 4101/2021). Quanto ao servidor SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, não foram juntados documentos que comprovem o atendimento da determinação do Tribunal, (...). De todo modo, verificou-se que consta do SIRAC o ato nº 008093-6, referente à aposentadoria do servidor, que contempla na aba Acumulação de Cargos as acumulações em que incorreu o servidor. Nessas condições, a regularidade da inativação do servidor será objeto de processo próprio, dispensando o acompanhamento nos presentes autos. <u>Determinação superada.</u>
Inciso VII: “conhecer como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9.810/11, com base no artigo 126 do RI/TCDF, aditados pelo documento de fls. 2.792/2.818 dos autos em exame, e, no mérito, lhes conferir parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9.810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/18;”	
Síntese dos esclarecimentos	Conclusão dos Pareceres
Não consta manifestação da Unidade.	Embora a Segedam não tenha se manifestado nos presentes autos, adotou as providências requeridas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

	<p>item VII nos autos do Processo 9810/2011. Do referido processo extrai-se que os cálculos foram refeitos, consoante determinado pela Corte, e foi oficiado o servidor acerca do débito a ressarcir, observado nesse aspecto o que vier a ser decidido no Processo nº 31.929/2018, ainda em trâmite. Tem-se assim por cumprido o item.</p> <p><u>Determinação cumprida.</u></p>
--	---

21. Diante do quadro resumo e, adotando como razões de decidir aquelas expostas nos Pareceres, coaduno com o exame empreendido pelas Unidades Instrutórias, acerca do atendimento às determinações e reiterações desta Corte, insculpidas na Decisão nº 3.581/19-CPM, para assim considerar:

a) **cumpridos** os incisos V.d, V.f, V.h, V.i, V.k, VI.a, VI.g e VII;

b) **parcialmente cumpridos** os incisos V.a, V.b, V.e (no tocante aos servidores Donizete Gonçalves Candido e Maurício Silva de Camargos) e VI.c; e

c) **não cumpridos** os inciso V.c, V.g, V.j, V.l, VI.b, VI.d, VI.e e VI.f.

22. No tocante à determinação disposta no inciso V.a quanto à regularidade do pagamento de **Auxílio-Transporte** aos servidores listados no Quadro I da Instrução, constata-se que apenas a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF atendeu à diligência a contento, prestando os esclarecimentos pertinentes. Desta feita, cabe reiterar a determinação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na forma sugerida pelas Unidades Instrutórias.

23. Em face do parcial cumprimento do inciso V.b, afigura-se pertinente a reiteração da determinação à SEE/DF, haja vista que a jurisdicionada não logrou êxito nos procedimentos empreendidos com vistas a esclarecer as possíveis **averebações de tempo de serviço** para fins de ATS em duplicidade dos servidores litados no Quadro III da Instrução.

24. Diante das dificuldades alegadas pela jurisdicionada para esclarecer as averbações questionadas, incumbe à SEE/DF a adoção de providências no sentido de justificar as impropriedades apontadas, ou excluir



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

o tempo averbado em duplicidade de uma das matrículas do servidor, atentando para a matrícula que acarrete menor redução financeira, sem prejuízo da observação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como ao prazo prescricional no que se refere ao ressarcimento do ATS recebido em duplicidade.

25. No que tange às parcelas pagas a título de **VPNI** de que trata o art. 5º da **Lei n.º 4.584/11**⁵ (inciso V.e e V.g), sobreleva assinalar que tais valores devem ser conformados àqueles afetos ao citado diploma legal. Eventuais reajustes estão condicionados à edição de lei específica estabelecendo índices de revisão geral de remuneração dos servidores públicos distritais.

26. Tal entendimento guarda consonância com o exarado na Decisão nº 896/17⁶, proferida no bojo do Processo n.º **1.638/16**, de relatoria do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, que estabeleceu os critérios a serem observados pela Administração Pública distrital para apuração da mencionada VPNI.

⁵ Art. 5º Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI a parcela de que trata o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998.

⁶ Decisão n.º 896/17 – O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida a Decisão n.º 4.548/2016; II – considerar procedente a Representação n.º 4/16-SEFIPE, estipulando os seguintes critérios a serem observados pela Administração Pública distrital, em razão dos efeitos jurídicos decorrentes do Acórdão TJDF n.º 659.169, objeto da ADI n.º 2012.00.2.023636-5, de modo a estabelecer que: a) para a apuração da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que trata o art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, devem ser considerados, no que couber e em primeiro e único momento, os valores constantes dos anexos da referida lei; b) a correção da VPNI dos servidores públicos, em momento posterior a Lei distrital n.º 4.584/2011, deve observar os índices de revisão geral de remuneração instituídos em legislação específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo distrital ou dos órgãos detentores desta prerrogativa de iniciativa do processo legislativo; III – determinar aos órgãos e entidades que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal que procedam, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos então transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, a imediata retroação dos valores (VPNI) aos níveis da época da própria lei distrital retro status quo ante, salvo edição de lei específica estabelecendo índices de revisão geral de remuneração dos seus servidores públicos, após a publicação da mencionada lei, o que será verificado em futura auditoria deste Tribunal; IV – dispensar o ressarcimento ao erário de eventual quantia recebida a mais pelos servidores/empregados públicos distritais, em razão da aplicação do parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, por guardar conformidade com o Acórdão TJDF n.º 659.169 exarado na ADI n.º 2012.00.2.023636-5, o que afasta a possibilidade de erro de procedimento da Administração; V – alertar a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – Sepag/DF para que as orientações aos setoriais de gestão de pessoas dos órgãos e entidades da Administração Direita, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, antes de expedidas, quando houver divergência quanto aos entendimentos esposados nos pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, sejam submetidas novamente à PGDF para reapreciação da matéria, visando à uniformização e, especialmente, à retificação ou ratificação da manifestação anteriormente externada, nos termos da Lei Complementar distrital n.º 395/2001; VI – autorizar o arquivamento do feito. Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCD, Procuradora MÁRCIA FARIAS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

27. Ainda sobre o assunto, cumpre-me consignar que para fins de apuração dos valores da VPNI decorrentes do exercício de cargos de natureza política (Governador, Vice-Governador, Secretário de Estado e Administrador Regional) deverá ser observado o diploma legal vigente na data de publicação da Lei n.º 4.584/11, qual seja o Decreto Legislativo n.º 1.854, de 21.12.2010.

28. Concernente aos itens não cumpridos pelas jurisdicionadas (incisos V.c, V.g, V.j, V.l, VI.b, VI.d, VI.e e VI.f.), resta a esta Corte reiterar as determinações da Decisão n.º 3.581/19, à exceção do inciso VI.d, pelas razões consignadas a diante.

29. No tocante ao inciso VI.b, que reitera o inciso III.6 da Decisão nº 6.415/16, mostra necessário um ajuste quanto à jurisdicionada a ser instada nesta ocasião, em observância ao disposto nos arts. 1º e 6º da Portaria n.º 131⁷, de 14.06.2018, publicada no DODF n.º 38, de 14.06.2018, Edição Extra, que passou a gestão dos proventos de aposentadoria dos servidores oriundos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF-Legal para o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, a quem deve ser direcionada a diligência.

30. Por fim, acerca do inciso VI.d, que reitera o inciso III.10 da Decisão n.º 6.415/16, deixo de acolher sugestão da Unidade Técnica, quanto à necessidade de comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário, concernente ao servidor José Wilemann, em face da existência de decisão judicial favorável ao interessado, nos Processo TJDF n.º 0702020-05.2020.8.07.0016 – Recurso Inominado Cível, com trânsito em julgado em 08.03.2023, em que determina ao Distrito Federal que se abstenha de cobrar os valores recebido pelo servidor no período de maio de 2013 a outubro de 2014, haja vista terem sido recebidos de boa-fé.

Ante o exposto, de acordo com as Unidades Instrutórias, com ajustes, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das peças juntadas aos autos sob os n.ºs 614/617, 619/620, 624, 629, 631/634, 637, 643/644,

⁷ Art. 1º O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, em conformidade com o art. 19, do Decreto nº 38.649, de 27 de novembro de 2017, realizará a centralização das atividades de concessão, manutenção, revisão e cessação dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos efetivos do Distrito Federal e seus dependentes, dos órgãos e entidades constantes no anexo único a esta Portaria.

[...]

Art. 6º A partir da competência 07/2018 a inclusão, alteração e exclusão de dados cadastrais e financeiros dos aposentados e pensionistas vinculados aos órgãos e entidades constantes do anexo dessa portaria será de responsabilidade exclusiva do IPREV-DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

650/651, 655/656, 660 e 665/666;

II. considere, em relação à Decisão n.º 3.581/19:

a) cumpridos os incisos V.d, V.f, V.h, V.i, V.k, VI.a, VI.g e VII;

b) parcialmente cumpridos os incisos V.a, V.b, V.e (no tocante aos servidores Donizete Gonçalves Candido e Maurício Silva de Camargos) e VI.c;

c) não cumpridos os incisos V.c, V.g, V.j, V.l, VI.b, VI.e e VI.f;

III. reitere, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:

a) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I (parágrafo 6 da instrução), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada (inciso V.a da Decisão n.º 3.581/19);

b) à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que encaminhe ao Tribunal as justificativas que tiver pelo fato de constar averbação para ATS do mesmo período em matrículas diversas dos servidores listados no Quadro III (parágrafo 11 da Informação constante do e-doc A9954D01-e) ou proceda à exclusão do tempo averbado em duplicidade em uma das matrículas, atentando para que se exclua daquela que acarrete a menor redução financeira, observando os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como o prazo prescricional, no que se refere ao ressarcimento do ATS percebido indevidamente (inciso V.b da Decisão n.º 3.581/19);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

c) à Fundação Hemocentro de Brasília que inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, Matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, Matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28 - GEPES/CODAG/FHB, de 01.2.2017 (inciso V.c da Decisão n.º 3.581/19);

d) ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que esclareça o pagamento da VPNI prevista na Lei n.º 4.584/11 à servidora Maria Luzia Ferreira Borges (inciso V.e da Decisão n.º 3.581/19);

e) à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (no tocante ao servidor Lauro Seabra Guimarães) e a atual Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal que esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei n.º 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI - parágrafo 28 da Informação constante do e-doc A9954D01-e (inciso V.g da Decisão n.º 3.581/19);

f) à Polícia Civil do Distrito Federal que apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implementado no Distrito Federal e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os dados de 06/2018 e 04/2018, respectivamente, as faturas continuavam sendo emitidas em nome do servidor) (inciso V.j da Decisão n.º 3.581/19);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

g) à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal que esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060-008350/2015, que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, Matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do Distrito Federal, Matrícula nº 02691078, (inciso V.I da Decisão n.º 3.581/19);

IV. reitere, novamente, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:

a) o inciso III.10 da Decisão n.º 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, esclarecendo a esta jurisdicionada que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela então SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta (inciso VI.e da Decisão n.º 3.581/19);

b) o inciso III.10 da Decisão n.º 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à Câmara Legislativa do Distrito Federal (inciso VI.f da Decisão n.º 3.581/19);

V. determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, ajuste os valores da parcela VPNI da Lei n.º 4.584/11 dos servidores listados no Quadro VI (parágrafo 28 da instrução) de acordo com os aprovados na Lei n.º 4.584/11, tendo em conta a Decisão n.º 896/17 (inciso V.g da Decisão n.º 3.581/19);

VI. determine ao Instituto de Previdência dos Servidores do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15

Distrito Federal – IPREV/DF, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, ajuste os valores da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 dos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Matrícula n.º 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Matrícula n.º 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Matrícula n.º 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, Matrícula n.º 00407097, de acordo com os valores vigentes quando da aprovação da Lei n.º 4.584/11, tendo em conta a Decisão n.º 896/17 (item VI.b da Decisão n.º 3.581/19);

VII. determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que somente implemente vantagens ou incentivos financeiros com prévia aprovação em lei em sentido estrito (inciso VI.c da Decisão n.º 3.581/19);

VIII. alerte a Fundação Hemocentro de Brasília - FHB, o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF, a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF e a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV e VII, da Lei Complementar n.º 1/94, c/c o art. 272, incisos IV, VII e VIII, do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida;

IX. autorize a remessa de cópia da instrução e da decisão que vier a ser adotada às jurisdicionadas, para subsidiar a adoção das providências indicadas, bem como o retorno do presente feito à Sefipe para os devidos fins.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2023.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE – A11

Proc.: 560/15